REQUERIMENTO APROVADO 20ª SESSÃO DATA 14/06/17 PRESIDENTE

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Vereadores

REQUERIMENTO

303/17

O Complexo Empresarial e Aeroportuário Andaraguá, que será implantado em nossa cidade, na Rodovia Padre Manuel da Nóbrega, é um empreendimento da maior importância para o futuro da Praia Grande e região, pois promete gerar 15 mil empregos diretos e indiretos.

Já considerado ambientalmente viável pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente - Consema, a área em que o complexo será instalado abrigará 212 galpões e terá uma infraestrutura capaz de comportar dezenas de empresas, comércio, aeródromo, heliponto, aeroporto para aviões de carga e estacionamentos para caminhões e automóveis.

Ao contrário do que muitos imaginam, o empreendimento tem vencido inúmeras etapas junto aos órgãos públicos de fiscalização e controle, com vistas à sua efetiva implantação. No entanto, ainda existem dúvidas entre os munícipes a respeito do projeto, sua eficácia, e o quanto esses investimentos impactarão o município de Praia Grande.

Isso exposto,

Requeiro ao senhor presidente desta Casa de Leis, a criação de uma Comissão Especial de Vereadores (CEV), para que possamos num prazo de 90 dias realizarmos quatro reuniões de informação para a população, acerca desse grande empreendimento, que é o Complexo Empresarial e Aeroportuário Andaraguá.

Sala Emancipador Oswaldo Toschi

14 de junho de 2017

Leandro Rodrigues Cruz

Vereador

PROCESSO Nº 105/17

Sr. Presidente,

Encaminho o presente processo a fim de que Vossa Excelência indique os Senhores Vereadores, que irão junto ao autor da propositura, compor a Comissão.

Praia Grande, 21 de junho de 2017.

MANOEL ROBERTO DO CARMO
Diretor Legislativo

PROCESSO Nº 100/17

Nomeio para compor a Comissão Especial de Vereadores, juntamente com o autor da propositura, LEANDRO RODRIGUES CRUZ, os seguintes Vereadores:

1. Romulo Brasil Rebouças
2. Marcelino Santos Gomes

Praia Grande, 21 de junho de 2017.

EDNALDO DOS SANTOS PASSOS
Presidente

PROCESSO Nº 105/17

Cientes da nomeação.

Praia Grande, 21 de junho de 2017.

1. _____;

2. _____;

3. _____;

ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE VEREADORES.

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 105/17.

Às onze horas do dia três de julho do ano de dois mil e dezessete, na Sala de Reuniões Cezário Reis Lima, presentes os vereadores nomeados pelo Presidente da Câmara para comporem a Comissão: Leandro Rodrigues Cruz, autor da propositura, Romulo Brasil Rebouças e Marcelino Santos Gomes, deu-se por instalada a presente Comissão Especial de Vereadores criada pelo Requerimento nº 303/17, de autoria do Ver. Leandro Rodrigues Cruz, aprovado por ocasião da 20ª Sessão Ordinária realizada em 14/06/17. O autor do Requerimento Vereador Leandro assumiu a Presidência, deliberando-se junto aos outros membros que o Relator do Processo será o Ver. Romulo Brasil Rebouças. O Presidente da CEV Ver. Leandro tomando a palavra para início dos trabalhos, explicou que o objetivo da presente Comissão Especial é realizar quatro reuniões de informação e participação da população sobre a implantação do Complexo Empresarial e Aeroportuário Andaraguá, onde serão instaladas cerca de 212 empresas, comércios, estacionamentos de caminhões, heliponto, aeródromo, cujo investimento é de aproximadamente 440 milhões de reais no complexo empresarial e cerca de 80 milhões de reais no aeroporto, atraindo cerca de 15 mil empregos diretos. Diante disso, a Comissão deliberou as seguintes datas e locais para as reuniões, cujos horários serão oportunamente escolhidos: No próximo dia 03/08/2017 no Ocian Praia Clube; no dia 11/08/2017 na Associação Amigos do Jd. Real; no dia 24/08/2017 – ainda a definir; e no dia 31/08/2017 nesta casa de Leis. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da CEV deu por encerrada a presente reunião. Eu, _____ Fabiano Cardoso Vinciguerra, Assistente Técnico Legislativo, digitei a presente Ata que vai assinada pelos seus membros.

Leandro Rodrigues Cruz
Presidente

Romulo Brasil Rebouças
Relator

Marcelino Santos Gomes
Membro

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE VEREADORES.

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 105/17.

Às quinze horas do dia primeiro de agosto do ano de dois mil e dezessete, na Sala de Reuniões Cezário Reis Lima, presentes os vereadores Leandro Rodrigues Cruz, Presidente, Romulo Brasil Rebouças, Relator e Marcelino Santos Gomes, membro, deu-se por aberta a presente Comissão Especial de Vereadores (CEV) criada pelo Requerimento nº 303/17, e que realizará quatro reuniões de informação e participação da população sobre a implantação do Complexo Empresarial e Aeroportuário Andaraguá, decidem que a reunião do dia 31/08/2017 a ser realizada nesta Casa de Leis será as 19:30h, deliberando-se junto a Secretaria da Câmara, envide esforços quanto aos procedimentos necessários a reserva e estrutura do Plenário, a confecção de 500 convites e o envio às principais autoridades do Município e região metropolitana, a confecção de 20 faixas com instalação nas principais avenidas do Município, além da publicação em pelo menos dois jornais regionais alguns dias antes, visando a mais ampla publicidade dessa última reunião. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da CEV deu por encerrada a presente reunião. Eu, _____ Fabiano Cardoso Vinciguerra, Assistente Técnico Legislativo, digitei a presente Ata que vai assinada pelos seus membros.

Leandro Rodrigues Cruz
Presidente

Romulo Brasil Rebouças
Relator

Marcelino Santos Gomes
Membro

Em 02 de agosto de 2.017.

Exmo. Senhor
EDNALDO DOS SANTOS PASSOS
Presidente da Câmara Municipal de
PRAIA GRANDE – SP.

OFÍCIO GABINETE

Ref: Comissão Especial de Vereadores – Processo nº 105/17

Senhor Presidente:

Com meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para encaminhar cópia da Ata de reunião da Comissão Especial de Vereadores (CEV) criada pelo Requerimento nº 303/17, e que deliberou a realização de REUNIÃO PÚBLICA sobre os impactos positivos do Complexo Empresarial e Aeroportuário ANDARAGUÁ a realizar-se no dia 31/08/2014 a partir das 19:30h, solicitando os bons préstimos de Vossa Excelência, no sentido de autorizar o seguinte:

1. Confecção de 500 convites a ser enviado às autoridades do Município;
2. Publicação em dois Jornais de grande circulação na região na antevéspera do evento;
3. Confecção e instalação de 20 faixas nos principais pontos da Cidade; e
4. Disponibilização da estrutura do Plenário para a realização do evento.

Valho-me do ensejo para reiterar os meus protestos de considerada estima e distinto apreço.

Atenciosamente,

LEANDRO RODRIGUES CRUZ
Presidente da CEV
Vereador

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE VEREADORES.

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 105/17.

Às quinze horas do dia primeiro de agosto do ano de dois mil e dezessete, na Sala de Reuniões Cezário Reis Lima, presentes os vereadores Leandro Rodrigues Cruz, Presidente, Romulo Brasil Rebouças, Relator e Marcelino Santos Gomes, membro, deu-se por aberta a presente Comissão Especial de Vereadores (CEV) criada pelo Requerimento nº 303/17, e que realizará quatro reuniões de informação e participação da população sobre a implantação do Complexo Empresarial e Aeroportuário Andaraguá, decidem que a reunião do dia 31/08/2017 a ser realizada nesta Casa de Leis será as 19:30h, deliberando-se junto a Secretaria da Câmara, envide esforços quanto aos procedimentos necessários a reserva e estrutura do Plenário, a confecção de 500 convites e o envio às principais autoridades do Município e região metropolitana, a confecção de 20 faixas com instalação nas principais avenidas do Município, além da publicação em pelo menos dois jornais regionais alguns dias antes, visando a mais ampla publicidade dessa última reunião. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da CEV deu por encerrada a presente reunião. Eu, _____ Fabiano Cardoso Vinciguerra, Assistente Técnico Legislativo, digitei a presente Ata que vai assinada pelos seus membros.

Leandro Rodrigues Cruz
Presidente

Romulo Brasil Rebouças
Relator

Marcelino Santos Gomes
Membro

Modelo da Faixa p/ aprovação:

A Câmara Municipal de Praia Grande CONVIDA para Reunião

COMPLEXO EMPRESARIAL E AEROPORTUÁRIO ANDARAGUÁ

Às 19:30h do próximo dia 31/08 Praça Ver. Vital Muniz, 01 – Boqueirão.

Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Est. de São Paulo

Em 03 de agosto de 2017.

À
Encarregada do setor de compras e almoxarifado
Vanessa

Solicito providências para a confecção de 500 convites e envelopes (em cinco cores) para a reunião de informação a respeito do Complexo Empresarial e Aeroportuário Andaraguá, a realizar-se no dia 31 de agosto de 2017, às 19:30 horas no Plenário desta Câmara.

Atenciosamente

José de Jesus Ferreira Gonçalves
Agente Administrativo

RECEBI
EM 03 / 08 / 17

José de Jesus

De: José de Jesus <jose@camarapraiagrande.sp.gov.br>
Enviado em: sexta-feira, 4 de agosto de 2017 12:23
Para: 'vanessa@camarapraiagrande.sp.gov.br'
Assunto: Faixas
Anexos: Faixa Andaraguá.docx

Boa tarde, Vanessa.

Segue, em anexo, modelo da faixa para a reunião Complexo do Andaraguá.

José de Jesus

De: José de Jesus <jose@camarapraiagrande.sp.gov.br>
Enviado em: quinta-feira, 3 de agosto de 2017 17:43
Para: 'vanessa@camarapraiagrande.sp.gov.br'
Assunto: convites
Anexos: CONVITE ANDARAGUÁ.docx

Controle:

Destinatário	Ler
'vanessa@camarapraiagrande.sp.gov.br'	Lida: 04/08/2017 11:25

Boa tarde, Vanessa.

Solicito providências para a confecção de 500 convites, conforme modelo em anexo.

Att,

José

Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Est. de São Paulo

Em 04 de agosto de 2017.

À
Encarregada do setor de compras e almoxarifado
Vanessa

Solicito providências para a confecção e instalação de 20 faixas, nos principais pontos da Cidade, para a reunião de informação a respeito do Complexo Empresarial e Aeroportuário Andaraguá, a realizar-se no dia 31 de agosto de 2017, às 19:30 horas no Plenário desta Câmara.

Atenciosamente

José de Jesus Ferreira Gonçalves
Agente Administrativo

RECEBI
EM 04 / 08 / 17

Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Est. de São Paulo

Em 18 de agosto de 2017.

À
Encarregada do setor de compras e almoxarifado
Vanessa

Solicito providências para a publicação, no dia 28 de agosto de 2017, da Reunião a respeito do Complexo Empresarial e Aeroportuário Andaraguá, que a Comissão Especial de Vereadores fará realizar no dia 31/08/17, às 19:30 h, no Plenário desta Câmara. Publicar nos seguintes jornais:

Jornal A Tribuna;

Jornal Diário do Litoral.

RECEBI
EM 18 / 08 / 17
Vanessa

Atenciosamente

José de Jesus Ferreira Gonçalves
Agente Administrativo

Praia Grande, 18 de agosto de 2017.

Excelentíssimo Senhor
KATSU YONAMINE
Secretário de Serviços Urbanos
Praia Grande – SP

OFÍCIO GPC-L nº 152/2017

Referente: **Comissão Especial de Vereadores – Processo nº 105/17**

Prezado Senhor:

Com meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para informar que foi criada uma Comissão Especial de Vereadores (CEV) pelo Requerimento nº 303/17, cujo objetivo é a realização de quatro reuniões de informação e participação da população, acerca do empreendimento **Complexo Empresarial e Aeroportuário Andaraguá.**

Em atendimento à deliberação da CEV, solicito os bons préstimos dessa Secretaria, no sentido de providenciar a instalação de 20 faixas, nos pontos permitidos da Cidade, convidando a população para a reunião agendada para o dia 31 deste mês, às 19:30 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Praia Grande.

Valho-me do ensejo para reiterar os meus protestos de considerada estima e distinto apreço.

Atenciosamente,

Ednaldo dos Santos Passos
Presidente

RECEBIDO
21/08/17
Funcionário

Ao Excelentíssimo Senhor

7º Promotor de Justiça da Promotoria de P.G.

VINICIUS RODRIGUES FRANÇA

Rua José Borges Neto, nº 789, Vila Mirim.

PRAIA GRANDE – SP

Ao Excelentíssimo Senhor

8º Promotor de Justiça da Promotoria de P.G.

DANIEL SANTERINI CAIADO

Rua José Borges Neto, nº 789, Vila Mirim.

PRAIA GRANDE – SP

Ao Excelentíssimo Senhor

9º Promotor de Justiça da Promotoria de P.G.

MARLON MACHADO DA SILVA FERNANDES

Rua José Borges Neto, nº 789, Vila Mirim.

PRAIA GRANDE – SP

Ao Senhor

Presidente da Sociedade A. do Bairro Jd. Imperado

NORBERTO JOSÉ VIEIRA COELHO

Rua Domitilia de Castro, 603 – Real.

PRAIA GRANDE – SP CEP 11707-310

Ao Senhor

Presidente da Comissão Muni. de Empre. De PG

ARELINO AUGUSTO DE ANDRADE JÚNIOR

Rua Jaú, 1201 – Boqueirão.

PRAIA GRANDE – SP CEP 11700-270

Excelentíssimo Senhor

Presidente da OAB de P.G.

GONÇALO BATISTA MENEZES FILHO

Rua José Borges Netto, 703 – V. Mirim

PRAIA GRANDE – SP CEP 11705-010

Excelentíssimo Senhor

Vice-Presidente da OAB de P.G.

FRANCO PAES PINTO ANTUNES

Rua José Borges Netto, 703 – V. Mirim

PRAIA GRANDE – SP CEP 11705-010

Exmo. Senhor

ALCEU CREMONESI JUNIOR

Diretor da Viação Piracicabana

Rua Francisco de Sá Junior, 335 – Jóquei Clube.

SÃO VICENTE - SP CEP 11360-150

Excelentíssimo Senhor

Comandante do 2º GAAAE (2º Grupo de Artilharia Antiaérea)

Tenente-Coronel Art

LUIZ CLÁUDIO DE SOUZA CUNHA

Av. Marechal Mallet, 01 – Canto do Forte.

PRAIA GRANDE – SP CEP 11700-900

A Senhora
Superintendente do Instituto de Previdência de P.G.
REGINA MAINENTE
Rua Jaú, 880 - 5º andar sala 54 – Boqueirão.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11700-000

Ao Senhor
Diretor do Jornal Gazeta do Litoral
ABDUL HADI N. KHATIB
Av. Presidente Costa e Silva, 1032 – Boqueirão.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11701-000

Ao Senhor
Pres. da Liga dos Bl. e EscO. de Samba de PG
ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA SANTOS
Av. Presidente Costa e Silva, 1032 – Boqueirão.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11701-000

Ao Senhor
Presidente do Lions Clube de Praia Grande
HELON RODRIGUES DE MELLO FILHO
Rua Teófila wanderlinder, 933 – Ocian.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11704-460

Ao Senhor
Presidente do Ocian Praia Clube
MARCO ANTÔNIO MONZEM
Rua Comen. Otto Carlos Goland, 80 – Ocian.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11704-450

À Senhora
Pres. da ONG Defesa e Cid. da Mulher (DCM)
ANA SILVIA PASSBERG AMORIM
Rua Primeiro de Janeiro, 954 – Mirim
PRAIA GRANDE – SP CEP 11704-800

A Excelentíssima Senhora
1ª Promotora de Justiça da Promotoria de P.G.
ANA MARIA FRIGERIO MOLINARI
Rua José Borges Neto, nº 789, Vila Mirim.
PRAIA GRANDE – SP

Ao Excelentíssimo Senhor
2º Promotor de Justiça da Promotoria de P.G.
FABIO PEREZ FERNANDES
Rua José Borges Neto, nº 789, Vila Mirim.
PRAIA GRANDE – SP

Ao Excelentíssimo Senhor
3º Promotor de Justiça da Promotoria de P.G.
CARLOS CABRAL CABRERA
Rua José Borges Neto, nº 789, Vila Mirim.
PRAIA GRANDE – SP

Ao Excelentíssimo Senhor
4ª Promotor de Justiça da Promotoria de P.G.
ALESSANDRO BRUSCKI
Rua José Borges Neto, nº 789, Vila Mirim.
PRAIA GRANDE – SP

A Excelentíssima Senhora
5ª Promotora de Justiça da Promotoria de P.G.
ALMACHIA ZWARG ACERBI
Rua José Borges Neto, nº 789, Vila Mirim.
PRAIA GRANDE – SP

Ao Excelentíssimo Senhor
6º Promotor de Justiça da Promotoria de P.G.
CAIO ADRIANO LEPORE SANTOS
Rua José Borges Neto, nº 789, Vila Mirim.
PRAIA GRANDE – SP

Ao Meritíssimo Senhor
2º Juiz Auxiliar do Fórum de Praia Grande
CHRISTIANO RODRIGUES GOMES DE FREITAS
Av. Dr Roberto de Almeida Vinhas, 9101 – Mirim
PRAIA GRANDE – SP CEP 11705-900

Ao Meritíssimo Senhor
3º Juiz Auxiliar do Fórum de Praia Grande
EDUARDO RUIVO NICOLAU
Av. Dr Roberto de Almeida Vinhas, 9101 – Mirim.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11705-900

Ao Meritíssimo Senhor
Juiz Diretor do Fórum de Praia Grande
ENOQUE CARTAXO DE SOUZA
Av. Dr Roberto de Almeida Vinhas, 9101 – Mirim.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11705-900

Ao Meritíssimo Senhor
Juiz da 1ª Vara Cível Fórum de Praia Grande
LEANDRO DE PAULA MARTINS CONSTANT
Av. Dr Roberto de Almeida Vinhas,9101 – Mirim
PRAIA GRANDE – SP CEP 11705-900

Ao Meritíssimo Senhor
Juiz da 1ª Vara Criminal Fórum de P.G.
VINICIOS DE TOLEDO PIZA PELUSO
Av. Dr Roberto de Almeida Vinhas, 9101 – Mirim
PRAIA GRANDE – SP CEP 11705-900

Ao Meritíssimo Senhor
Juiz da 2ª Vara Criminal Fórum de P.G.
ANTONIO CARLOS COSTA PESSOA MARTINS
Av. Dr Roberto de Almeida Vinhas, 9101 – Mirim.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11705-900

Ao Meritíssimo Senhor
Juiz da 2ª Vara da Fam. e Sucessões Fórum de P.G.
WILSON JÚLIO ZANLUQUI
Av. Dr Roberto de Almeida Vinhas, 9101 – Mirim.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11705-900

Ao Meritíssimo Senhor
Juiz da Vara Especial Civil e Cri. Fórum de P.G.
JOÃO LUCIANO SALES DO NASCIMENTO
Av. Dr Roberto de Almeida Vinhas, 9101 – Mirim.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11705-900

Ao Meritíssimo Senhor
Juiz da 2ª Vara Cível Fórum de Praia Grande
RENATO ZANELA PANDIN E CRUZ GANDINI
. Dr Roberto de Almeida Vinhas, 9101 – Mirim.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11705-900

Ao Meritíssimo Senhor
Juiz da 1ª vara da Família e Sucessões Fórum de P.G.
ANDRÉ LUIS MACIEL CARNEIRO
Av. Dr Roberto de Almeida Vinhas,;9101;;Mirim
PRAIA GRANDE – SP CEP 11705-900

Ao Meritíssimo Senhor
Juiz da 3ª Vara Cível Fórum de P.G.
RAFAEL BRAGANOLO TAKEJIMA
Av. Dr Roberto de Almeida Vinhas, 9101 – Mirim.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11705-900

Ao Excelentíssimo Senhor
Comandante da GCM de Praia Grande
MÁRCIO DE SOUZA SANTOS
Avenida Ministro Marcos Freire, 6660 – J. Quietude
PRAIA GRANDE – SP CEP 11719-150

À Senhora
Conselheira do Conselho Tutelar de P. Grande
SUELI AGRELA
Rua Oswaldo de Oliveira, 226 – Boqueirão.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11701-120

Excelentíssimo Senhor
Comandante do Corpo de Bombeiros de PG
JOÃO PAULO LAZO
Rua Gilberto Fouad Beck, 110 – Mirim.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11705-040

Ao Senhor
Delegado Creci - Delegacia de Praia Grande
DR. PAULO WIAZOWSKI
Rua Xavantes, 659 - Vila Tupi.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11703-300

Excelentíssima Senhora
Delegada Titular da Delegacia da Mulher de PG
Drª. MARIA APARECIDA DOS SANTOS
Praça Eliezer Rodrigues Coelho, 252 – Ocian.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11704-310

Ao Senhor
Presidente do Elos Clube de Praia Grande
ROBERTO CELESTE
Avenida Marginal, 26543 – Ribeirópolis.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11714-630

À Senhora
Diretora da FATEC P.G.
LUCIANA MARIA GUIMARÃES
Praça Dezenove de Janeiro, 144 – Boqueirão.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11700-100

À Senhora
Conselheira do Conselho Tutelar de P. Grande
KARLA CAIRES MOUTINHO
Rua Oswaldo de Oliveira, 226 – Boqueirão.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11701-120

Ao Senhor
Gerente dos Correios de Praia Grande
ANDRÉ GOMES DOS SANTOS
Avenida Presidente Costa e Silva, 913 – Boqueirão.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11701-970

Ao Senhor
Presidente da Câmara de Dirigentes Log. de PG
ANTÔNIO LUIZ DE SOUZA
Rua Campinas, 614 – Boqueirão
PRAIA GRANDE – SP CEP 11701-110

Excelentíssimo Senhor
Delegado Titular da Delegacia de Praia Grande
Dr. MARCOS ALEXANDRE ALFINO
Av. Dr Roberto de Almeida Vinhas, 11084
PRAIA GRANDE – SP CEP 11701-350

A Senhora
Diretora da ETEC de Praia Grande
SÔNIA CELINA GHIRELLI BUDIN
Praça Dezenove de Janeiro, 144 – Boqueirão.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11700-100

Ao Meritíssimo Senhor
1º Juiz Auxiliar Fórum de Praia Grande
RODRIGO MARTINS FARIA
Av. Dr Roberto de Almeida Vinhas, 9101 – Mirim
PRAIA GRANDE – SP CEP 11705-900

Ao Senhor

Chefe do Cartório Eleitoral 317ª Zona

FEDERICO BORGES AFFONSO

Rua Haiti, 841 – Guilhermina.

PRAIA GRANDE – SP CEP 11702-050

Ao Senhor

Tabelião do Cartório Shoji

DAIVID SHOJI

Rua Doutor Roberto Shoji, 230 – Boqueirão.

PRAIA GRANDE – SP CEP 11701-030

Ao Senhor

Presidente da Casa de Portugal

REINALDO GOMES DA SILVA

Avenida Paris, 1500 – Boqueirão.

PRAIA GRANDE – SP CEP 11700-080

Ao Senhor

Vice-Presidente da Casa do Poeta Brasileiro de P.G.

FERNANDES OLIVEIRA

Rua Prof. Olavo Paula Borges, 114 - Sítio do Campo.

PRAIA GRANDE – SP CEP 11725-410

Ao Senhor

Presidente da Casa do Poeta Brasileiro de P.G.

CELSO CORREIA DE FREITAS

Rua Prof. Olavo Paula Borges, 114 - Sítio do Campo.

PRAIA GRANDE – SP CEP 11725-410

Ao Senhor

Presidente do CAMP - PG

LEVINO ALVES NOGUEIRA

Rua Teodósio de Augustinis, 122 – Sito do Campo.

PRAIA GRANDE – SP CEP 11725-350

Ao Senhor

Delegado Auxiliar do Ciretran de Praia Grande

DR. VITOR NASCIMENTO MESSIAS

Avenida do Trabalhador, 3443 – Antártica.

PRAIA GRANDE – SP CEP 11720-090

Ao Senhor

Delegado Titular do Ciretran de Praia Grande

DR. EDUARDO DE SOUZA JARDIM

Avenida do Trabalhador, 3443 – Antártica.

PRAIA GRANDE – SP CEP 11720-090

Ao Senhor

Presidente do Clube de Praia São Paulo

JOÃO CARLOS JONGOLE

Antônio Severiano de Andrade, 70 - Aviação.

PRAIA GRANDE – SP CEP 11702-400

À Senhora

Conselheira do Conselho Tutelar de P. Grande

JUCIULA FERREIRA CORTEZ

Rua Oswaldo de Oliveira, 226 – Boqueirão.

PRAIA GRANDE – SP CEP 11701-120

À Senhora

Conselheira do Conselho Tutelar de P. Grande

RENATA ZABEU LUZ

Rua Oswaldo de Oliveira, 226 – Boqueirão.

PRAIA GRANDE – SP CEP 11701-120

Ao Senhor

Conselheiro do Conselho Tutelar de P. Grande

DANIEL TAVARES DE OLIVEIRA

Rua Oswaldo de Oliveira, 226 – Boqueirão.

PRAIA GRANDE – SP CEP 11701-120

Ao Senhor
Presidente da Asso. dos Artistas e Cultura de PG
IGOR BARTCHEWSKY
Rua Jaú, 880, Sala 24 – Boqueirão.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11700-270

Ao Senhor
Presidente da Asso. Amigos do Bairro Princesa
CARLOS EDUARDO VENUTO PINTO
Rua Antônio Luiz Prates Maia, 100 – Jd. Princesa.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11700-000

Ao Senhor
Presidente da Asso. Comer. e Empresarial (ACE)
ALAOR ARTHUR DA SILVA
Rua Espírito Santo, 782 - Boqueirão.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11700-190

A Senhora
Presidente da Asso. da Terceira Idade Solemar
IVETE SOARES AGOSTINHO
Rua Benedito Lacerda, 300 – Solemar.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11709-120

Ao (a) Senhor (a)
Presidente da Asso. dos Moradores do Sítio Tubaiaru
Av. Maria Cavalcante da Silva, 713 – Jardim Trevo.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11712-560

Ao (a) Senhor (a)
Presidente da Sociedade Amigos da Vila Caiçara
Rua Mathilde Azevedo Setubal, 764 – Caiçara.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11706-360

Ao (a) Senhor (a)
Presidente da Asso. Amigos do Distrito de Solemar
Rua Afonso Schimidt, 1288 - Solemar
PRAIA GRANDE – SP CEP 11709-210

Ao (a) Senhor (a)
Presidente da Asso. Amigos do Jardim Imperador
Rua Domitila de Castro, 603 – Vila Balneário.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11707-310

Ao (a) Senhor (a)
Presidente da Asso. Amigos do Jardim Guilhermina
Rua das Antilhas, 1000 - Guilhermina
PRAIA GRANDE – SP CEP 11702-160

Ao (a) Senhor (a)
Presidente da Asso. Amigos do Bairro Quietude
Av. Milton Daniels, 455 – Quietude.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11718-140

À Senhora
Presidente da Asso. de Amparo aos Animais de PG
TEREZA ZANARDO
Av. Briga. Eduardo Gomes, S/N,Quadra 28 – Melvi.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11712-020

Ao Senhor
Oficial Maior do Cartório de Reg. de Imó. de PG
MARCO ANTÔNIO CANELLI
Rua Fumyo Miazi, 335 – Boqueirão.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11700-000

Ao Excelentíssimo Senhor
Delegado Assistente da Sede do Município
Dr. CARLOS AUGUSTO MIURA
Av. Dr Roberto de Almeida Vinhas, 11084
PRAIA GRANDE – SP CEP 11701-350

Ao Excelentíssimo Senhor
Delegado do 1° Distrito Policial de Praia Grande
Dr. JUVENAL MARQUES FERREIRA FILHO
Rua Pernambuco, 879 - Boqueirão.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11700-010

Ao Excelentíssimo Senhor
Delegado do 2° DP de Praia Grande
Dr. FERNANDO HENRIQUE F. FARIAS
Avenida Presidente Kennedy, 13296 - Real.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11708-000

Ao Excelentíssimo Senhor
Delegado do 3° DP de Praia Grande
Dr. FLÁVIO GODA MAGÁRIO
Avenida Presidente Kennedy, 8061 - Real.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11708-000

Excelentíssimo Senhor
Comandante do 45° BPMI
MAURICIO VIEIRA IZUME
Rua Guimarães Rosa, 1069 - Ocian.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11704-160

Ao Senhor
Diretor Presidente da APAE - Praia Grande
PAULO ROGERIO GEIGER
Rua das Acácias, 320 – Quietude.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11718-160

Ao Senhor
Presidente da Assoc. dos Apos. e Pensio. de PG
MATEUS GONÇALVES SILVA BRITO
Rua Oswaldo de Oliveira, 325 – Boqueirão.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11701-120

À Senhora
Presidente da Assoc. dos Deficientes de P. G.
CLEUZA STEFANI
Av. Trinta e Um de Março, 600 – Mirim.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11704-700

Ao Senhor
Presidente da Asso. dos Artistas e Cultura de PG
IGOR BARTCHEWSKY
Rua Jaú, 880, Sala 24 – Boqueirão.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11700-270

Ao Senhor
Presidente da Asso. Amigos do Bairro Princesa
CARLOS EDUARDO VENUTO PINTO
Rua Antônio Luiz Prates Maia, 100 – Jd. Princesa.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11700-000

Ao Senhor
Presidente da Asso. Comer. e Empresarial (ACE)
ALAOR ARTHUR DA SILVA
Rua Espírito Santo, 782 - Boqueirão.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11700-190

A Senhora
Presidente da Asso. da Terceira Idade Solemar
IVETE SOARES AGOSTINHO
Rua Benedito Lacerda, 300 – Solemar.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11709-120

Ao Senhor

Secretário da Secretaria de Habitação

ANTÔNIO EDUARDO SERRANO

Avenida Presidente Kennedy, 9000 – Mirim.

PRAIA GRANDE – SP CEP 11704-900

Ao Senhor

Secretário da Secretaria de Administração

MARCELO YOSHINORI KAMEIYA

Avenida Presidente Kennedy, 9000 – Mirim.

PRAIA GRANDE – SP CEP 11704-900

Ao Senhor

Secretário da Secr. de Ass. de Seg. Pública

JOSÉ AMÉRICO FRANCO PEIXOTO

Avenida Ministro Marcos Freire, 6660 – Tupiry.

PRAIA GRANDE – SP CEP 11719-150

À Senhora

Secretária da Secr. de Comunicação Social

KATIA GIULIETTI

Avenida Presidente Kennedy, 9000 – Mirim.

PRAIA GRANDE – SP CEP 11704-900

Ao Senhor

Secretário da Secr. de Cultura e Turismo

ESMERALDO VICENTE DOS SANTOS

Palácio das Artes

PRAIA GRANDE – SP CEP 11700-005

À Senhora

Secretária da Secretaria de Educação

NANCI SOLANO

Rua José Borges Netto, 50 – Mirim.

PRAIA GRANDE – SP CEP 11705-010

Ao Senhor

Secretário da Secr. de Esporte e Lazer

JOSÉ CARLOS DE SOUZA

PRAIA GRANDE – SP CEP 11701-100

Ao Senhor

Secretário da Secretaria de Finanças

ROBERTO LOPEZ FRANCO

Av. Presidente Kennedy, 9000 – Mirim.

PRAIA GRANDE – SP CEP 11704-900

Ao Senhor

Secretário da Secretaria de Meio Ambiente

ISRAEL LUCAS EVANGELISTA

Av. Pres. Costa e Silva, 794 – 6º andar – Boqueirão.

PRAIA GRANDE – SP CEP 11704-900

À Senhora

Secretária Executiva de Obras Públicas

ELOISA OJEA GOMES TAVARES

Avenida Presidente Kennedy, 9000 – Mirim.

PRAIA GRANDE – SP CEP 11704-900

Ao Senhor

Gerente da ECOVIAS

RUI KLEIN

Rodovia dos Imigrantes km 28,5 - Alvarenga

SÃO BERNARDO DO CAMPO – SP CEP

Ao Senhor

Gerente da Sabesp em Praia Grande

EDUARDO DA SILVA SANTOS

Rua Dr. João Sampaio, 126 - Guilhermina

PRAIA GRANDE – SP CEP 11702-010

À Senhora
Secretária da Secretaria de Promoção Social
GISELE DOMINGUES
Rua Emancipador Paulo Fefin, 775 – Boqueirão.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11701-140

Ao Senhor
Secretário da Secretaria de Serviços Urbanos
KATSU YONAMINE
Avenida Presidente Costa e Silva, 794 – Boqueirão.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11700-007

À Senhora
Secretária da Secretaria de Transporte
RAQUEL AUXILIADORA CHINI
Terminal Tude Basto.
PRAIA GRANDE – SP

Ao Senhor
Secretário da Secretaria de Urbanismo
ALEXANDER RAMOS
Avenida Presidente Kennedy, 9000 – Mirim.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11704-900

Ao Senhor
Secretário da Secretaria de Trânsito
MARCELO AFONSO PRADO
Rua Amália Bellotti Pastorello, 72, Sitio do Campo.
PRAIA GRANDE – SP CEP

Ao Senhor
Secretário da Secretaria de Saúde Pública
CLEBER SUCKOW NOGUEIRA
Avenida Presidente Kennedy, 8850 – Mirim.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11704-900

Ao Excelentíssimo Senhor
Prefeito de Praia Grande
ALBERTO PEREIRA MOURÃO
Avenida Presidente Kennedy, 9000 - Vila Mirim
PRAIA GRANDE – SP CEP 11704-900

À Senhora
Vice-Prefeita de Praia Grande
MAURA LÍGIA COSTA RUSSO
Avenida Presidente Kennedy, 9000 – Mirim.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11704-900

Ao Senhor
Secretário da Procu. Geral do Município
EDMILSON DE OLIVEIRA MARQUES
Avenida Presidente Kennedy, 9000 – Mirim.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11704-900

Ao Senhor
Secretário da Secr. de Planejamento
NELIO AFFONSO DELL`ARTINO
Avenida Presidente Kennedy, 9000 – Mirim.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11704-900

Ao Senhor
Secretário da Secretaria de Habitação
ANTÔNIO EDUARDO SERRANO
Avenida Presidente Kennedy, 9000 – Mirim.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11704-900

Ao Senhor
Secretário da Secretaria de Administração
MARCELO YOSHINORI KAMEIYA
Avenida Presidente Kennedy, 9000 – Mirim.
PRAIA GRANDE – SP CEP 11704-900

Ao Senhor

Secretário da Secretaria de Meio Ambiente

ISRAEL LUCAS EVANGELISTA

Av. Pres. Costa e Silva, 794 – 6° andar – Boqueirão.

PRAIA GRANDE – SP CEP 11704-900

À Senhora

Secretária Executiva de Obras Públicas

ELOISA OJEA GOMES TAVARES

Avenida Presidente Kennedy, 9000 – Mirim.

PRAIA GRANDE – SP CEP 11704-900

Ao Senhor

Gerente da ECOVIAS

RUI KLEIN

Rodovia dos Imigrantes km 28,5 - Alvarenga

SÃO B. DO CAMPO – SP CEP 09845-000

Ao Senhor

Gerente da Sabesp em Praia Grande

EDUARDO DA SILVA SANTOS

Rua Dr. João Sampaio, 126 - Guilhermina

PRAIA GRANDE – SP CEP 11702-010

ESTA

JOÃO DONIZETTI SCABOLI

o Senhor

NESTA

JOÃO DONIZETTI SCABOLI

Ao Senhor

NESTA

JOÃO DONIZETTI SCABOLI

Ao Senhor

Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

RECIBO

Recebi, da Secretaria da Câmara, 350 convites para a Reunião a respeito do Complexo Empresarial e Aeroportuário Andaraguá, a ser realizada no dia 31/08/2017, às 19:30 horas nesta Câmara.

Nome: Ana Silva Moreira Franco Data: 23 / 08 / 17

Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

CONVITE

O Poder Legislativo Praiagrandense tem a honra de convidar Vossa Excelência e Digníssima Família, para a Reunião de informação a respeito do ***COMPLEXO EMPRESARIAL E AEROPORTUÁRIO ANDARAGUÁ****.*

O evento ocorrerá às 19:30 horas do dia 31 de agosto de 2017, no Plenário desta Edilidade, sito a Praça Vereador Vital Muniz, nº 01 – Boqueirão.

Ednaldo dos Santos Passos
Presidente

CIE
CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA

NIVEL MEDIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Vaga para estudantes do 1° e 2° ano do Ensino Médio, a partir dos 16 anos de idade.
Benefícios: R$ 300,00 de bolsa auxilio e R$ 160,00 de auxilio transporte mensal.
Residir nas Cidades de: Santos, São Vicente, Praia Grande, Guarujá, Bertioga, Itanhaém, Mongaguá e Peruibe.

NIVEL TÉCNICO

TECNICO EM ADMINISTRAÇÃO

Empresa oferece bolsa-auxilio de R$ 500,00 para estágio em período de 06 horas, para estudantes do 01° e 02° semestre.
Benefício: Auxilio Transporte Mensal
Local: Praia Grande (02241365)

NIVEL SUPERIOR

ADMINISTRAÇÃO

Empresa oferece bolsa-auxilio de R$ 1.500,00 a 1.700,00 para estágio em período de 06 horas, para estudantes do 03° ao 06° semestre.
Benefício: Auxilio Transporte mensal, Vale Alimentação, Vale Refeição e Assistência Médica.
Requisito: Ter conhecimento em Excel e Inglês Avançado

BIOMEDICINA

Empresa oferece bolsa-auxilio de R$ 600,00 para estágio em período de 06 horas, para estudantes do 03° ao 06° semestre.
Benefício: Auxilio Transporte diário.
Local: Praia Grande (2251980)

DIREITO

Empresa oferece bolsa-auxilio de R$ 1.200,00 para estágio em período de 06 horas, para estudantes do 07° ao 08° semestre.
Benefício: Auxilio Transporte mensal.
Requisito: Residir em Bertioga
Local: Bertioga (02258941)

ENFERMAGEM

Empresa oferece bolsa-auxilio de R$ 1.356,00 para estágio em período de 06 horas, para estudantes do 05°ao 07° semestre.
Benefício: Auxilio Transporte, Assistência Médica, Assistência Odontológica e Restaurante no Local.
Local: Guarujá (02256150)

EDUCAÇÃO FÍSICA (BACHARELADO)

Empresa oferece bolsa-auxilio de R$ 600,00 para estágio em período de 06 horas, para estudantes do 05° ao 06° semestre.
Benefício: Auxilio Transporte mensal.
Local: Santos (02251712/2257042)

Gi Group
YOUR JOB, OUR WORK

TÉCNICA DE SPA
Formação em massoterapia, ou Estética Corporal e Facial, ou Fisioterapia;
Desejável: Inglês;
Desejável Experiência em Atendimento ao Cliente;
Experiência na prática/aplicação de terapias corporais e faciais em Spas ou Clínicas de Estética.
Disponibilidade de Horários.
Trabalho temporário/ contrato (90 dias)
Residir no Guarujá - SP

Currículos para
erica.paes@gigroup.com
ou bruna.anjos@gigroup.com

Av. Marjory Prado, 1100.Praia de Pernambuco. Guarujá – SP

Gi Group
YOUR JOB, OUR WORK

Vagas para trabalhar no Hotel Sofitel Jequitimar do Guarujá, comparecer no hotel segunda-feira, quarta-feira ou quinta-feira às 09h00 com currículo e todos os documentos originais (RG, CPF, Carteira de Trabalho, Título de eleitor, PIS e reservista).
Limite de atendimento para 30 pessoas por dia de entrevista.

AJUDANTE DE COZINHA
(com experiência)

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
(auxiliar de camareira e limpeza)

GARÇOM E GARÇONETE
(com experiência)

STEWARD
(Limpeza em geral na cozinha)

BABY SITTER / BABÁ
(com experiência)

Av. Marjory Prado, 1100.Praia de Pernambuco. Guarujá – SP

MAZZINI
Gestão de Serviços Integrados
35 anos

ANALISTA FINANCEIRO COM EXPERIÊNCIA
superior completo ou cursando área contábil, conhecimento em livros fiscais, controle de estoque, conferência de pedidos. 01 VAGA

½ OFICIAL DE COZINHA
com experiência - 2 vagas

COZINHEIRO INDUSTRIAL
com experiência – 1 vaga

AJUDANTE DE COZINHA INDUSTRIAL
com experiência - 5 vagas

CAMAREIRA
com experiência - 02 vagas.

GERENTE DE LOJA
(com experiência na área de Supermercado)

SUPERVISOR DE LOJA
(com experiência na area de Supermercado)

VENDEDORA/CAIXA PG
(com experiência no setor de perfumaria) - 1 vaga

PARA PARTICIPAR:
ENVIE SEU CURRÍCULO POR E-MAIL:
vagas.santos@mazzini.com.br
colocar no assunto a vaga ou CADASTRE SEU CURRÍCULO www.mazzini.com.br
Acompanhe nossas vagas através do Site de relacionamento: www.facebook.com/mazzini

Publicidade **Legal**

Edital para citação de NELSON TAVARES SATER, expedido nos autos de ação MONITÓRIA, requerida por JOÃO MOISES FILHO, no processo nº 1015239-97.2017.8.26.0562. Prazo 15 (quinze) dias. O Doutor Daniel Ribeiro de Paula, MM. Juiz de Direito da 11a Vara Cível da Comarca de Santos, Estado de São Paulo, na forma da lei. FAZ SABER a NELSON TAVARES SATER, e todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que JOÃO MOISES FILHO, ajuizou a presente ação monitória, distribuída em 30/05/2017, registrada sob o nº 1015239-97.2017.8.26.0562, em face de NELSON TAVARES SATER, objetivando a cobrança de um cheque emitido em 25/07/2010. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO por edital, para os atos e termos da ação proposta, para, em desejando, contestar o pedido no prazo de 20 (vinte) dias, contados do findo prazo deste edital, sob pena de revelia e confissão, onde será nomeado curador especial. Não contestada a ação, presumirão aceitos como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Será o presente edital afixado no local de costume e publicado pela imprensa na forma da lei.

Anuncie:
13. 3226-2051
publicidade@diariodolitoral.com.br

Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande

A Câmara Municipal de Praia Grande convida a população para a reunião a respeito do "COMPLEXO EMPRESARIAL E AEROPORTUÁRIO ANDARAGUÁ", que a Comissão Especial de Vereadores fará realizar na Praça Ver. Vital Muniz, 01 – Boqueirão, às 19:30 h do dia 31/08/17.

EDNALDO DOS SANTOS PASSOS
Presidente

A leitura na medida certa.

Assine já:
13. 3226-2051



FALECIMENTOS E MISSAS

Jean Stryllianos Korres

Sábado, aos 86 anos, construtor aposentado, filho de Stryllianos Korres e Irene Korres. Era viúvo de Conceição de Abreu Korres. Deixa os filhos Stryllianos e Sônia. O funeral realizou-se no Memorial Vicentino-SV.

João Fulgêncio dos Anjos

Ontem, aos 60 anos, comerciário, filho de José Fulgêncio dos Anjos e Odila Rosa da Conceição. Era casado com Jacira Olivia dos Anjos. Deixa as filhas Juliane e Jackeline. O funeral realizou-se no Cemitério de Areia Branca.

Beatriz Taveira Ferrador

Sábado, aos 20 anos, estudante, filha de Fabiano Ferrador e Maria Inez Taveira. Era solteira. O funeral realizou-se na Memorial Necrópole Ecumênica.

Deborah de Lourdes Simões dos Santos

Ontem, aos 52 anos, auxiliar de serviços gerais, filha de Mario Gomes dos Santos e Adélia Simões dos Santos. Deixa a filha Alessandra. Funeral hoje, às 10 horas, da Osan-SV para o Cemitério Municipal de São Vicente.

Expedita do Nascimento Rodrigues de Oliveira

Sábado, aos 69 anos, filha de Moisés Neto do Nascimento e Beatris Januária da Conceição. Era casada com Armando Rodrigues de Oliveira. Deixa os filhos Charles e Renata. O funeral realizou-se no Cemitério de Areia Branca.

Felisbela Mendes Lopes

Ontem, aos 98 anos, aposentada, filha de João Mendes Lopes e Josefina Maria. Era viúva de Gil Fernandes Dias. Deixa a filha Maria Fernanda. O funeral realizou-se no Cemitério da Filosofia.

Maria de Lourdes Paulo

Ontem, aos 83 anos, filha de Antônio Crispim de Souza e Sebastiana de Moraes Souza. Era viúva de Celso Paulo. Deixa os filhos Regina e Renato. Funeral hoje, às 10h30, no Cemitério de Areia Branca.

Olinda Mendes

Sábado, aos 88 anos, filha de Maria Silvana. Era viúva de João Mendes. Deixa os filhos Benedito, José Carlos, Irene, Amélia, Carmem, Jacira, Zeni, Anita, João e Ireno. Funeral hoje, às 8 horas, da Santa Casa para o Cemitério de Areia Branca.

SERVIÇO SOCIAL DE LUTO DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA
RUA SÃO PAULO, 66
TELEFONES: 3233-8600/ 3209-3436
(AO LADO DOS VELÓRIOS)

osan
PLANO DE ASSISTÊNCIA FUNERAL
0800 017 6000 www.OSAN.com.br

LEITURA RÁPIDA

Encontro

Troca Sem Troco – Grupo de Trocas de Objetos, Saberes e Serviços

O espaço mensal para trocas diretas e para reflexão sobre consumo e economia estará de volta no Sesc-Santos no próximo domingo, dia 3 de setembro, das 15 horas às 16h30, na Sala 3. A proposta é incentivar trocas daquilo que está sem uso, mas em bom estado, proporcionando uma reflexão sobre o dinheiro.

Santos

Começa hoje série de audiências sobre Plano Diretor

A primeira das cinco audiências públicas para apresentar e discutir o Plano Diretor de Desenvolvimento e Expansão Urbana acontece hoje, às 18 horas, na Paróquia São João Batista (Nova Cintra). Amanhã, o debate será no auditório do Centro Administrativo da Prefeitura, que fica à Rua Dom Pedro II, 25, Centro.

COMUNICADO DE MISSAS E AGRADECIMENTOS
SANTOS
Rua João Pessoa, 127
(das 8h30 às 18h)*
Supercentro Boqueirão
Loja 155
(das 9h às 18 h)*
CLASSIFONE
0800 7277222



Maria del Carmen Antonio Feijóó Pinto

MISSA DE 7º DIA

A família da saudosa MARIA DEL CARMEN ANTONIO FEIJOO PINTO agradece o conforto recebido e convida parentes, amigos e pessoas de suas relações para a missa que fará celebrar em sua intenção, hoje, dia 28 de agosto, às 19:00 hs na Paróquia Imaculado Coração de Maria, Av. Ana Costa, 74 - Santos. Sensibilizada, agradece antecipadamente a quantos comparecerem.

A TRIBUNA
Santos Jornal e Editora Ltda.
CNPJ 58.183.401/0001-04
Rua João Pessoa, 129 - Santos/SP
CEP 11013-900 - CP 715

SISTEMA A TRIBUNA DE COMUNICAÇÃO

O Jornal A Tribuna é filiado à Associação Nacional de Jornais e Associação Nacional de Editores de Revistas.

Redação
Tels.: (13) 2102-7163
(13) 99655-8581

Comercial
Tels.: (13) 2102-7170 • Fax: (13) 2102-7260
atpublicidade@atribuna.com.br

Administração
Tels.: (13) 2102-7000 • Fax: (13) 3219-4594
acmjornal@atribuna.com.br

www.atribuna.com.br

Alô Tribuna 0800 701 9181
críticas, sugestões e opiniões

Sucursais

São Paulo
R. da Consolação, 321 - s/s, 209 - Consolação
São Paulo - CEP 01301-905
Tel.: (11) 3159-2662 / (11) 99386-4441
E-mail: paulo.damico@atribuna.com.br

Balcões de Anúncios
R. João Pessoa, 127 - Centro - Santos
E-mail: balcaodeanuncios@atribuna.com.br
Supercentro Boqueirão, loja 155 - Boqueirão - Santos
E-mail: agantunha@supercentro.atribuna.com.br

São Vicente
SOMATORIUM COMUNICAÇÃO:
Praça 22 de Janeiro, 415 - Biquinha.
E-mail: somatorium@somatorium.com.br

Representante

DISTRITO FEDERAL
EFFICACE NEGÓCIOS DE COMUNICAÇÃO
CLSW, Quadra 304 - Bloco "B"
Edif. Office Center - Sl. 131 - CEP 70673-632
Tel./Fax: 61 3225 0944 / 3321 4304 / 3321 4306
E-mail: comercial@efficace.com.br

DEMAIS CAPITAIS
SUCURSAL A TRIBUNA, EM S. PAULO
R. da Consolação, 321 - s/s, 209 - Consolação
São Paulo - CEP 01301-905
Tels.: (11) 3159-2662 / (11) 99386-4441
E-mail: publicidade@atribuna.com.br

Classifone
0800.727-7222
(Anúncios classificados por telefone)

Assinaturas

Diária

	À vista	Parcelado
Anual	693,99	12 x 64,00
Semestral	363,00	6 x 64,17
Quadrimestral	249,00	4 x 68,00
Trimestral	186,00	3 x 64,00

Final de semana (Sábado + Domingo)

Anual 52 x 69,00	Semestral 3 x 57,94

Venda avulsa

2ª a Sábado	R$ 3,00
Domingo	R$ 5,00

Comercial (2ª a 6ª-feira)

	À vista	Parcelado
Anual	567,00	12 x 57,00
Semestral	297,00	6 x 50,83

Abrangência:
ASSINATURAS - Santos, São Vicente, Cubatão, Guarujá, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe e Bertioga. São Paulo (sob consulta).
VENDA AVULSA - todos os municípios acima mais São Sebastião, Ilhabela, Areia Branca, Serra Negra, Santo André (Centro), São Bernardo do Campo (Centro), São Paulo (Centro e Rio de Janeiro (Centro).

Assinaturas novas, atendimento aos assinantes e renovações:
(13) 2102-7200

Classifone
0800 7277222

Classi at
classificados.atribuna.com.br

Classificados

Editais
Judiciais e Extrajudiciais

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS

TÍTULOS E DOCUMENTOS, CIVIL DE PESSOA JURÍDICA E TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
Antonio Canelli - Oficial
Rua Furriel Myazi, 135 - CEP 11701-160
TELE-FAX (0XX13) 3478-5100 - Praia Grande - SP

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE
JAQUELINE SOUSA DE OLIVEIRA

Na qualidade de Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Praia Grande, SP, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, do Agrado IV, da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, bem como pela credora do contrato de financiamento imobiliário garantido por alienação fiduciária, firmado aos 03 de maio de 2016, registrado sob nº 09, na matrícula nº 115.586, referente ao imóvel constituído por casa residencial, sob nº 04 da planta, que recebeu o nº 172 da Avenida Alda Coli, da Vila Mirim, nesta cidade de Praia Grande, SP, pelo presente edital fica JAQUELINE SOUSA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, maior, reflexiva, RG 41.956.926-14-SSP/SP, CPF/MF 362.316.388-04, que se encontra em local incerto e não sabido, intimada para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas aos encargos vencidos no período de 08 de fevereiro de 2017 a 08 de abril de 2017, perfazendo até o dia 17 de abril de 2017, com os acréscimos legais, o montante de R$ 4.674,43 (quatro mil, seiscentos e setenta e quatro reais e quarenta e três centavos), mais as despesas e demais encargos que se vencerem até a data do efetivo pagamento. O pagamento desses encargos, mais as custas e emolumentos, no valor de R$ 168,50, e as despesas referentes à publicação deste edital, no valor R$ 1.457,82, deverá ser feita neste Cartório, na Rua Furriel Myazi, 135, Boqueirão, Praia Grande, SP, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir da última publicação deste edital. O não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, nos termos do do §2º, artigo 26-A, da Lei nº 9.514/97, com as alterações introduzidas pela Lei 13.465/17.

Praia Grande, 15 de julho de 2017
Wagner Rubio Monteiro
Escrevente Autorizado

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS

TÍTULOS E DOCUMENTOS, CIVIL DE PESSOA JURÍDICA E TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
Bel. Marco Antonio Canelli - Oficial
Rua Furriel Myazi, 135 - CEP 11701-160
TELE-FAX (0XX13) 3478-5100 - Praia Grande - SP

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE
DAVID ARCANJO DE SOUSA E
ELISANGELA ARCANJO DE SOUSA SANTIAGO

Na qualidade de Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Praia Grande, SP, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafo 1º, da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, bem como pela credora do contrato de financiamento imobiliário garantido por alienação fiduciária, firmado aos 19 de junho de 2013, registrado sob nº 05, na matrícula nº 98.661, referente ao imóvel constituído por apartamento nº 12, localizado no primeiro andar tipo do Edifício São Germano, situado na Rua Parquiares, nº 406, na Vila Tupi, nesta cidade de Praia Grande, SP, pelo presente edital ficam DAVID ARCANJO DE SOUSA, brasileiro, supervisor de operações, RG 34742921X-SSP/SP, CPF/MF 304.220.398-02, e seu cônjuge, ELISANGELA ARCANJO DE SOUSA SANTIAGO, brasileira, do lar, CNH 01201780840-SP, CPF/MF 294.548.908-07 que se encontram em local incerto e não sabido, intimados para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas aos encargos vencidos no período de 13 de fevereiro de 2017 a 13 de abril de 2017

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS

TÍTULOS E DOCUMENTOS, CIVIL DE PESSOA JURÍDICA E TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
Bel. Marco Antonio Canelli - Oficial
Rua Furriel Myazi, 135 - CEP 11701-160
TELE-FAX (0XX13) 3478-5100 - Praia Grande - SP

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE
CRISTINA APARECIDA DE SOUSA

Na qualidade de Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Praia Grande, SP, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafo 1º, da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, bem como pela credora do contrato de financiamento imobiliário garantido por alienação fiduciária, firmado aos 11 de julho de 2014, registrado sob nº 08, na matrícula nº 143.216, referente ao imóvel constituído por apartamento nº 702, localizado no sétimo pavimento - tipo da Residencial Petros Mello I, situado na Rua João Pedade Gomes, nº 144, no local denominado Sítio Caraguava, nesta cidade de Praia Grande, SP, pelo presente edital fica CRISTINA APARECIDA DE SOUSA, brasileira, divorciada, corretora de imóveis, seguros, títulos e valores, RG 15.538.449-SSP/SP, CPF/MF 030.435.158-03, que se encontra em local incerto e não sabido, intimada para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas aos encargos vencidos no período de 14 de fevereiro de 2017 a 14 de abril de 2017, perfazendo até o dia 24 de abril de 2017, com os acréscimos legais, o montante de R$ 1.731,47 (hum mil, setecentos e trinta e sete reais e quarenta e três centavos), mais as prestações e demais encargos que se vencerem até a data do efetivo pagamento. O pagamento desses encargos, mais as custas e emolumentos, no valor de R$ 222,73, e as despesas referentes à publicação deste edital, no valor R$ 1.457,82, deverá ser feita neste Cartório, na Rua Furriel Myazi, 135, Boqueirão, Praia Grande, SP, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir da última publicação deste edital. O não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, nos termos do do §2º, artigo 26-A, da Lei nº 9.514/97, com as alterações introduzidas pela Lei 13.465/17.

Praia Grande, 09 de agosto de 2017
Wagner Rubio Monteiro
Escrevente Autorizado

Empregos
& Oportunidades

Buscamos Pessoas

C/capacidade p/aprender, acrescentar, bem humorada, gentil e que tenha conhecimento em: Departamento Financeiro e Contábil, além de Inglês Fluente. CV p/ hora detrabalhar.3@gmail.com

Escola em Santos

Contrata: Coord. Pedagógico, Monitora, Berçarista, Cozinheira, Aux. Cozinha, Aux. Limpeza e Aux. Secretaria. C.V. a/c deste jornal sob sigla ESCOLA

Negócios
& Oportun.

Fretamento

PONEY TOUR - VANS - E carros exec. Tel. 3021-7508 contato@poneytour.com.br

Prestação de Serviços

INSS - Resolvemos qualquer tipo de problema. Tr. 3013 7279 ou 99148-4892 consultoriasegura.com.br

**** BOINA - SYNTEKO ****** - Em tacos e assoalhos, menos pó. Sem cheiro sem sair de casa. Com Roberto 99113-7372 ou 3232-7379

Declarações
& Avisos

Jockey Club São Vicente

Conselho de Administração

A Presidente do Conselho de Administração do Jockey Club São Vicente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 17 do Estatuto Social da associação, em continuidade do 1º edital de 6 de julho de 2017, e

CONSIDERANDO, a decisão do Conselho Deliberativo, em reunião realizada aos 13 de junho de 2017 (item 3), através da qual, dada a atual e difícil situação financeira que se encontra a entidade, aprovou-se a cobrança de taxa de manutenção, destinada ao pagamento das despesas ordinárias, ou outra que se fizerem necessárias.

CONSIDERANDO que, para cobrança desta taxa, torna-se imprescindível a expedição de boletos bancários onde conste obrigatoriamente o número de inscrição do (a) associado (a) no Cadastro Pessoas Físicas, ou de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, no caso de associado (a) dessa natureza.

CONSIDERANDO que vários cadastros de associados estão desatualizados, fato que dificulta a cobrança da taxa instituída.

RESOLVE

Determinar que a Secretaria do Clube a publicação este 2º Edital, em jornal de grande circulação local, para fins de notificar a todos os associados do Jockey Club São Vicente solicitando a regularização dos respectivos cadastros, com a apresentação de cópias dos seguintes documentos: a) inscrição no CPF, ou CNPJ, se pessoa jurídica for; b) documento de identificação, com fotografia (RG ou CNH); e) comprovante de residência.

A apresentação desses documentos deverá ser entregue na Secretaria do Clube, de segunda a sexta feira, no horário das 09h00 às 17h00, no prazo de trinta dias, mediante a apresentação das respectivas vias originais para conferência, ou cópias autenticadas nesse mesmo ato por Cartório competente.

Esta segunda publicação, não invalida o prazo inicial do primeiro Edital.

Publique-se, igualmente na Secretaria do Clube, este 2º Edital, para fins legais, pelo prazo de trinta dias.

São Vicente, 28 de agosto de 2017
MARIA JOSÉ ROMA FERNANDES DEVESA
Presidente do Conselho de Administração do
JOCKEY CLUB SÃO VICENTE

Parte Oficial

Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande

Estado de São Paulo

A Câmara Municipal de Praia Grande convida a população para a reunião a respeito do "COMPLEXO EMPRESARIAL E AEROPORTUÁRIO ANDARAGUÁ", que a Comissão Especial de Vereadores fará realizar na Praça Ver. Vital Muniz, 01 - Boqueirão, às 14:30 h do dia 31/08/17.

EDNALDO DOS SANTOS PASSOS
Presidente

Achados
& Perdidos

EXTRAVIO - A empresa Motel Malley Ltda., CNPJ 55.253.302/0001-60, estabelecida à Rua Judith Santana Pereira, 29, Tude Bastos, Praia Grande/SP, declara para todos os devidos fins que extraviou um Livro de Registro de Funcionários nº 5.

Imóveis
Alugam-se

KITH E SALA LIVING

SL. LIVING GONZ/SV - Fte. mar, prédio c/gar. tr. div, pint. 80 andar. Pcte R$ 1.100. Tr. (13) 99719-2971

1 DORMITÓRIO

1 QTO. GONZAGA - Sala, cozINC, A.S. Av. Ana Costa, 459 Pcte $1.400. F. 99701-8883/3223-5000 C.55565

JOSÉ MENKO - 1 dorm., sala, quarto, 3 banheiros. Tr. (13) 99720-0098 c/Rose

VL. VALENÇA/SV - 1 dorm c/gar. Térreo. Pcte R$ 750. Tr. 3229-6653 C.91740

2 DORMITÓRIOS

2 QTOS. ITARARÉ S.V. - Fren. Ilha Porchat. Vista p/ mar, sala, cozINC, gar. Av. Manoel da Nóbrega, 111. R$ 700 + cond. 99701-8883 C.7750

2 QTOS. APARECIDA - Frente, suíte, dep. empreg., 2 gars. Rua Nabuco de Araújo. Info. 3219-1927/ 3223-6000 C.55565

2 DORMS. FTE. MAR/SV - Sjar, c/elev. Pcte R$ 1.180. F. 3329-6650 C.91740

Imóveis
Vendem-se

KITH E SALA LIVING

KIT PONTA DA PRAIA - Cj gar., etc. Rua Imperatriz Leopoldina. R$ 175 mil. Ac. Financiamento, etc. Info. 99701-8883 C.55565

LIVING - Pé na areia, estrutura e garagem, R$ 119 mil. (13) 97414-8931

1 DORMITÓRIO

1 QTO. BOA VISTA - Sala, coz., área serv., etc. Av. Quintino Bocaiuva, 100 mil. Info. 99701-8883 C.55565

3 DORMITÓRIOS

GONZAGA PRONTO P/ MORAR
3 DORMS. 2 SUÍTES, COZ. PLANEJ.D.E. 2 VAGAS.
C. FERREIRA
Av. Washington Luiz, 220
2138.2600
www.cferreiraimoveis.com.br

570 MIL BOQUEIRÃO
3 DORMS. 1 SUÍTE C/ CLOSET, FRENTE, SALA 2 AMBTES, COZ. PLAN., 1 VCS. DEP. EMPR. VAGA DEMARCADA
C. FERREIRA
Av. Washington Luiz, 220 - Pompeia
3394-2801
www.cferreiraimoveis.com.br

2 DORMITÓRIOS

2 QTOS. PRAIA (DIVISA) - A alto. Fte. A emb. Ac uns vc. 1-3 valor. R. Pedro Borges Gonçalves. Info. 3014-2141/ 99701-8883 C.55565

Casas

2 DORMITÓRIOS

VL VALENÇA 255 MIL - Eng. Preciosa ref.97414-8931

Estabelecimentos Comerciais

PADARIA - Mov. 500 mil. Venda. 97403-6174 C.42378

PADARIA - Mov. 200 mil. Venda. 97403-6174 C.42378

HOTEL - Mov.5M/Dobes. Fte. mar. 97403-6174 C.42378

OPORTUNIDADE - Quer montar Pizzaria ou Churrascaria Lanchonete? Tenho o local. 97403-6174 C.42378

**** OPORTUNIDADE **** Mais de 80 Comércios. Entre no Facebook: Carlo Freitas-Consultoria e escolha C.42378

6 LOJAS (REZDE) - Var. locais. Material Fcto e Depósito Materiais Deve Bonitos. Mov.600mil. Pcte. 3M - Dobes 97403-6174 C.42378

Veículos
& Acessórios

Mercedes-Benz

MERCEDES A 200 2014 - Urban, branca, 25 mil km. Com todo + Tv touch dvd. Novíssima. R$ 86 mil. Tratar (13) 99712-6198

Mitsubishi

PAJERO DAKAR 2011 - Diesel. 7 lug. 99120-2222

Acompanhantes
& Sex Shop

MORENA LINDA - Mass. alto nível $60. 98105-5982

SUZAN, LORENA - L. Patrícia c/ foto. Gg. 99726-1239

NOVINHAS SAFADAS Tels. 3252-1750/3252-4087

MINEIRA MORENA - Recém cheg. (13) 98193-5010

Massagem Terapêutica

MAS.TÂNTRICA - Promo! 99600-2424 / 98153-0553

TOQ. RELAX - 10h às 20h. Nova no pedaço. 3027-9769

CLASSIFONE A TRIBUNA 0800-7277222

Chácaras e Terrenos

ZONA PORTUÁRIA - Terreno 12.000m2, Chico de Paula. Tr. 99716-6666

EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES É CRIME

Denuncie aos cuidados deste jornal


Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo
A Câmara Municipal de Praia Grande convida a população para a reunião
"COMPLEXO EMPRESARIAL E AEROPORTUÁRIO ANDARAGUÁ"
Às 19:30 h do próximo dia 31/08/17,
na Praça Ver. Vital Muniz, 01 – Boqueirão.
E
CURTA DURAÇÃO
15 MIN
PISCA ALERTA ATIVADO

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS

OFÍCIO 124/2017 SESURB-15

Em 31 de agosto de 2017.

Ao Presidente
Ednaldo dos Santos Passos
Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Praça Vereador Vital Muniz, 01
Boqueirão - Praia Grande/SP

Assunto: Ofícios GPC-L nº 152/2017

Senhor Presidente

Em atenção ao documento supra referenciado, informamos que o serviço solicitado foi devidamente executado.

Atenciosamente,

Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
RECEBIDO EM 01/09/17
Rosemar Amorim O.C. da Silva

KATSU YONAMINE
Secretário Municipal de Serviços Urbanos

(KY/vaf)

Praia Grande, 18 de agosto de 2017.

Excelentíssimo Senhor
KATSU YONAMINE
Secretário de Serviços Urbanos
Praia Grande – SP

OFÍCIO GPC-L nº 152/2017

Referente: **Comissão Especial de Vereadores – Processo nº 105/17**

Prezado Senhor:

Com meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para informar que foi criada uma Comissão Especial de Vereadores (CEV) pelo Requerimento nº 303/17, cujo objetivo é a realização de quatro reuniões de informação e participação da população, acerca do empreendimento **Complexo Empresarial e Aeroportuário Andaraguá.**

Em atendimento à deliberação da CEV, solicito os bons préstimos dessa Secretaria, no sentido de providenciar a instalação de 20 faixas, nos pontos permitidos da Cidade, convidando a população para a reunião agendada para o dia 31 deste mês, às 19:30 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Praia Grande.

Valho-me do ensejo para reiterar os meus protestos de considerada estima e distinto apreço.

Atenciosamente,

Ednaldo dos Santos Passos
Presidente

À
SESURB- 153
Sr.(a) Diretor(a)
Para as devidas providências
Em 21/08/17

Data da Requisição: 28/08/17 13:06

Informação da Manifestação

Protocolo: 201708013088360

Status: Pendente

Cidadão: Kawane Bastos da Silva

Contato: (13) 3477-7704

KATSUYO NAMINE
Secretaria de Serviços Urbanos

Tipo de Pessoa: Munícipe

Assunto: Serviços Urbanos

Serviço: Serviços Gerais

Secretaria: Secretaria de Serviços Urbanos

Manifestação: Solicitação

Canal de Entrada: Call Center

Endereço: Av. Dr. Roberto de Almeida Vinhas **Número:**

Bairro: Esmeralda

Descrição:

CIDADÃO SOLICITA reparo em ponte de madeira Av. Dr. Roberto de Almeida Vinhas que finda ao lado da passarela do Esmeralda, informa que utiliza a ponte todos os dias para atravessar e ela está toda danificada e balançando e assim fica difícil a travessia, pede urgente um reparo.

ENG. SORAIA MELLO
Diretora de Depto. de Manutenção
SESURB

À Prox. Policia Rodoviária
Sesurb – 15.3
Senhora Diretora

Informo que as faixas foram instaladas.

Em 23 de agosto de 2017.

Almir Nascimento
Diretor de Div. De Serviços Gerais
Sesurb - 1531

Praia Grande, 18 de agosto de 2017.

Excelentíssimo Senhor
KATSU YONAMINE
Secretário de Serviços Urbanos
Praia Grande – SP

OFÍCIO GPC-L nº 152/2017

Referente: **Comissão Especial de Vereadores – Processo nº 105/17**

Prezado Senhor:

Com meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para informar que foi criada uma Comissão Especial de Vereadores (CEV) pelo Requerimento nº 303/17, cujo objetivo é a realização de quatro reuniões de informação e participação da população, acerca do empreendimento **Complexo Empresarial e Aeroportuário Andaraguá.**

Em atendimento à deliberação da CEV, solicito os bons préstimos dessa Secretaria, no sentido de providenciar a instalação de 20 faixas, nos pontos permitidos da Cidade, convidando a população para a reunião agendada para o dia 31 deste mês, às 19:30 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Praia Grande.

Valho-me do ensejo para reiterar os meus protestos de considerada estima e distinto apreço.

Atenciosamente,

Ednaldo dos Santos Passos
Presidente

À
SESURB- 153
Sr.(a) Diretor(a)
Para as devidas providências
Em 21/08/17

KATSU YONAMINE
Secretário de Serviços Urbanos

À
SESURB. 153.1
Sr. Diretor
Para providencias.
Em 22/8/17

ENG. SORAIA M. MILAN
Diretora de Depto. de Manutenção
SESURB

À
Sesurb – 15.3
Senhora Diretora

Informo que as faixas foram instaladas.

Em 23 de agosto de 2017

Almir Nascimento
Diretor de Div.de Serviços Gerais
Sesurb - 1731

À
Sesurb 15
Sr. Secretário

Solicitação atendida.

Em 28 de agosto de 2017.

ENG. SORAIA M. MILAN
Diretora de Departamento de Manutenção
SESURB 153

REQUERIMENTO
41ª SESSÃO
DATA 12/12/2017
PRESIDENTE

SENHOR PRESIDENTE;
SENHORES VEREADORES.

REQUERIMENTO Nº 548/17

Tendo em vista que a Comissão Especial de Vereadores, criada pelo Requerimento nº 303/17, com o objetivo de realizar 4 (quatro) reuniões de informação para a população, acerca do Complexo Empresarial e Aeroportuário Andaraguá, ainda não concluiu seus trabalhos, REQUEIRO à Mesa, ouvido o douto Plenário, seja prorrogado por mais 180 dias, o prazo para apresentação do Relatório Final.

Sala Emancipador Oswaldo Toschi, 12 de dezembro de 2017.

LEANDRO RODRIGUES CRUZ
Vereador

REQUERIMENTO
APROVADO
18 ª SESSÃO
DATA 05/06/18
PRESIDENTE

SENHOR PRESIDENTE;
SENHORES VEREADORES
SENHORAS VEREADORAS

REQUERIMENTO Nº

199 /18

Tendo em vista que a Comissão Especial de Vereadores, criada pelo Requerimento nº 303/17, com o objetivo de realizar 4 (quatro) reuniões de informação para a população, acerca do Complexo Empresarial e Aeroportuário Andaraguá, ainda não concluiu seus trabalhos, REQUEIRO à Mesa, ouvido o douto Plenário, seja prorrogado, por mais 180 dias, o prazo para apresentação do Relatório Final.

Sala Emancipador Oswaldo Toschi, 05 de junho de 2018.

LEANDRO AVELINO RODRIGUES CRUZ
Vereador

39ª Sessão Data 4/12/18
Encaminhamento
APROVADO
Presidente

SENHOR PRESIDENTE;
SENHORES VEREADORES
SENHORAS VEREADORAS

REQUERIMENTO Nº 407/18

Tendo em vista que a Comissão Especial de Vereadores, criada pelo Requerimento nº 303/17, com o objetivo de realizar 4 (quatro) reuniões de informação para a população, acerca do Complexo Empresarial e Aeroportuário Andaraguá, ainda não concluiu seus trabalhos, REQUEIRO à Mesa, ouvido o douto Plenário, seja prorrogado, por mais 180 dias, o prazo para apresentação do Relatório Final.

Sala Emancipador Oswaldo Toschi, 04 de dezembro de 2018.

LEANDRO AVELINO RODRIGUES CRUZ
Vereador

REQUERIMENTO APROVADO
22ª SESSÃO
DATA 06/08/19
PRESIDENTE

SENHOR PRESIDENTE;

SENHORES(AS) VEREADORES(AS)

REQUERIMENTO Nº 249/19

Tendo em vista que a Comissão Especial de Vereadores, criada pelo Requerimento nº 303/17, com o objetivo de realizar reuniões de informação para a população acerca do Complexo Empresarial Andaraguá, ainda não concluiu os seus trabalhos, REQUEIRO à Mesa, ouvido o douto Plenário, seja prorrogado, por mais 180 dias, o prazo para apresentação do Relatório Final.

Sala emancipador Oswaldo Toschi, 06 de agosto de 2019.

LEANDRO AVELINO RODRIGUES CRUZ
Vereador

REQUERIMENTO APROVADO
06ª SESSÃO
DATA 10/03/20
PRESIDENTE

SENHOR PRESIDENTE;

SENHORES(AS) VEREADORES(AS)

REQUERIMENTO Nº 071/2020

Tendo em vista que a Comissão Especial de Vereadores, criada pelo Requerimento nº 303/17, com o objetivo de realizar reuniões de informação para a população acerca do Complexo Empresarial Andaraguá, ainda não concluiu os seus trabalhos, REQUEIRO à Mesa, ouvido o douto Plenário, seja prorrogado, por mais 180 dias, o prazo para apresentação do Relatório Final.

Sala emancipador Oswaldo Toschi, 10 de março de 2020.

LEANDRO AVELINO RODRIGUES CRUZ
Vereador

ATA DA REUNIÃO DA CEV SOBRE O COMPLEXO EMPRESARIAL ANDARAGUÁ REALIZADA EM 3 DE AGOSTO DE 2017

Às 10h do dia 3 de agosto de 2017, nas dependências do Ocian Praia Clube deu-se início a reunião da comissão especial de vereadores da Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande.

A reunião foi presidida pelo vereador Leandro Avelino que para iniciar os trabalhos chamou para compor a mesa as seguintes autoridades: Vereador Rômulo Brasil, relator da comissão; Sr. André Ursini, diretor da ICIPAR; Sr. Alaôr Arthur da Silva, presidente da Associação Comercial e Empresarial de Praia Grande; e o Deputado Estadual Cássio Navarro.

A reunião contou ainda com a presença das seguintes autoridades: Vereador Paulo Emílio de Oliveira; vereador Isaías Moisés dos Santos; vereadora Tatiana Toschi Mendes; vereador Sérgio Luiz Schiano; Sr. Sérgio Francisco, presidente do Sindicato dos transportadores escolares; Sr. Hugo Santos, presidente da Associação de Bairro do Canto do Forte; e o Sr. Ricardo Peres, subdelegado regional do Creci-SP.

Ao iniciar a reunião Leandro considerou que após 10 anos e em vias de inícios das obras, chegou o momento de levar este tema a sociedade. Também destacou a importância da Câmara Municipal estar próxima a população e da inovação que foi realizar a reunião da comissão fora das dependências da Câmara e em espaço aberto e público. Em momento subsequente Leandro passou a palavra ao deputado Cássio Navarro.

O deputado contou sobre sua participação no projeto e disse que o projeto demorou todo este tempo para início e discussão devido à necessidade de aprovação de todas as esferas governamentais. Informou que como deputado fez questão de levar todas as demandas solicitadas por André Ursini para a aprovação do projeto ao governo estadual, devido ao tamanho e a importância desta obra que não beneficia somente Praia Grande mas também a toda a baixada santista. Enfatizou ainda que regionalmente gerará empregos e crescimento económico para todas as cidades, e por fim parabenizou o Sr. André Ursini e toda a equipe responsável pelo projeto.

O vereador Leandro retomou a palavra e passou-a ao Sr. Alaor que destacou a visibilidade que o projeto trará não só para a Praia Grande como para toda a Região Metropolitana, além do desenvolvimento econômico que proporcionará. Afirmou ainda que a Associação Comercial parabeniza e apoia esta discussão de planejamento para a cidade, que visualiza Praia Grande e seu crescimento daqui a 5 ou 10 anos. Encerrou sua participação parabenizando o deputado Cássio Navarro e o Sr. André Ursini.

A palavra retornou ao vereador Leandro que antes de repassá-la ao Sr. André Ursini, anunciou a presença do Secretário de Cultura Esmeraldo Vicente dos Santos, e do Secretário de Meio Ambiente Israel Evangelista

O Sr. André Ursini agradeceu a presença de todos e começou a apresentação do projeto que segundo ele seria extensa em razão de precisar dizer o que já foi feito, o que está sendo feito e onde pretende-se chegar. Iniciou apresentando a empresa ICIPAR e seus ramos de atuação, falou da importância do Complexo Andaraguá para a empresa e mostrou a visão de implantação do projeto.

Informou que o complexo é na verdade um condomínio e que a pista de pouso e decolagem é apenas uma parte do condomínio, destacou ainda que a obra é completamente privada sem nenhum dinheiro público, é um condomínio de acordo com a lei 4.591 de 1964. Sua descrição mais exata é um projeto de condomínio logístico com aeródromo privado, não podendo fazer voo comercial.

A atuação na parte aeroviária se limita a aviação geral, somente cargas, e os serviços a serem executados são os de logística. O modelo de negócio da empresa é a construção e posterior locação de galpões modulares e os potenciais clientes serão os operadores de carga do porto de santos.

O objetivo a curto prazo é criar um CLIA - Centro Logístico Industrial Aduaneiro e a internacionalização da pista, tendo a alfândega dentro do próprio empreendimento. Explanou que o empreendimento conta com uma licença ambiental prévia, expedida em novembro de 2014 pelo CONSEMA com 34 condicionantes que, se cumpridas, irão permitir o início da obra e a supressão da vegetação existente na área.

Nas características do projeto mostrou que 71 por cento da área do complexo será área de preservação e 29 por cento será a ocupação da área efetiva do empreendimento. O objetivo é a construção por fases sendo que a duração para implementação de cada fase é de dois anos.

O empreendimento está sendo pensado para uma demanda de 60, 70 anos de crescimento e compreenderá além das áreas de galpões e hangares, torres de escritório, de hotel e de alimentação e pista com 2600 metros. A planta foi sendo construída junto com CETESB para que fossem feitas as alterações de acordo com o que é permitido e facilitando a aprovação.

O projeto contempla 1.000.000 de m² de área para operações, mais heliponto e hangar.

Nesse ponto o Sr. André Ursini parabenizou administração de Praia Grande e seu planejamento de crescimento, que já em 1968 através de decreto reservava a área para uso de expansão industrial. Ainda falando da administração municipal, relatou que em 2006 a prefeitura começou as audiências para o plano diretor que mudava o zoneamento da cidade, e hoje o espaço está em uma zona de uso diversificado que é uso adequado para o empreendimento.

Continuando a prestação de contas sobre o andamento da parte de autorizações para o empreendimento, Ursini mostrou slide com a informação que em 2008 houve autorização pela ANAC e que o mesmo foi renovado em 2013, a pedido da CETESB. Em 2014 houve a emissão da licença prévia.

Destacou o fácil acesso ao espaço pelas rodovias e linhas férreas, sua proximidade com São Paulo e sua integração com o Porto de Santos. Destacou o compromisso de fazer uma via marginal a rodovia Pedro Taques, para o acesso ao complexo e não prejudicar o sistema viário.

Mostrou um mapa destacando toda a área da empresa, bem como as áreas destinadas ao complexo e suas futuras melhorias como a integração das linhas férreas existentes com o Complexo Andaraguá.

Procurando o pioneirismo do empreendimento, Ursini busca trazer uma montadora de carros elétricos para o complexo, mostrando aos fabricantes as vantagens em se instalar no local.

Ainda sobre as instalações, o local contará com estacionamento para caminhões, terminal logístico aduaneiro e centros de distribuição, principalmente da parte têxtil. Será intermodal, unindo rodovia, ferrovia e porto. O aeródromo terá um investimento para a construção da pista de 200 milhões de reais, incluindo os equipamentos, e o retorno previsto será em 12 anos.

Clientes potenciais: aviação executiva, aviação de carga e manutenção de aviões.

No slide de informações importantes foi destacado que o empreendimento é composto por 9 glebas contíguas, todas em zona de uso diversificado. Sua totalidade está dentro da tipologia Z5 no estado, zoneamento ecológico-econômico, que permite atividades industriais, aeroportuárias, comércio e serviços, conforme decreto estadual número 58996.

Em 2012, em um esforço por parte da administração municipal de Praia Grande para facilitar a implementação do empreendimento, houve uma tentativa de declaração de interesse público municipal pelo decreto 5.055, porém não foi aceito pelo governo do estado com a alegação que este interesse público deveria partir da esfera estadual, além da impossibilidade por se tratar de investimento totalmente privado.

O processo de licenciamento ambiental foi iniciado em 2008, no processo 1.668 da CETESB. Foi feito o termo de referência, logo após foi feito o EIA/RIMA o que resultou na obtenção da licença prévia, LP 2.396, em 2014.

Ursini mostrou na sequência, todas as etapas para que resultasse na obtenção desta licença.

- Parecer técnico DAIA/529/2008 com a definição do termo de referência para elaboração do EIA/RIMA

- Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Empreendimentos Industriais ou Imobiliários e de Projetos Urbanísticos em 05/09/2008/CONSEMA

- Criação do EIA/RIMA protocolado em 2010 e com respectivas informações complementares em 2012, em atendimento a ATA de reunião de 15/09/2011. Estudo realizado em parceria com a CETESB diante das complexidades do projeto, onde foi-se construindo uma solução para a viabilidade da aprovação.

Abre-se um parênteses aqui na sequência de informações, onde o Sr. André Ursini informa que houve uma manifestação por parte Ministério Público em uma Ação Civil Pública, pedindo o cancelamento da licença prévia obtida, que levou quase 2 anos no judiciário para que julgasse improcedente e a empresa pudesse dar prosseguimento ao licenciamento.

- Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA, realizada em Praia Grande em 06/12/2012.

De acordo com Ursini, após a Audiência a CETESB começou a pedir uma série de certidões que foram providenciadas.

- Em 12/03/2013 foi emitida pela Secretaria de Meio Ambiente de Praia Grande a certidão 003/2013 declarando que a gleba não foi utilizada como depósito de resíduos nocivos à saúde pública.

- Em 17/02/2014 outra certidão emitida pela Secretaria de Meio Ambiente de Praia Grande, informando que o empreendimento situa-se em na Zona de Usos Diversificados - ZUD-1, que prefeitura não tem nada a opor e que não possui estrutura para análise ambiental, cabendo a CETESB esta análise.

- Em 24/04/2014 foi emitida pela Secretaria de Urbanismo de Praia Grande, a certidão 128/2014, informando que o empreendimento situa-se em na Zona de Usos Diversificados - ZUD-1, o que permite sua instalação no local

- Em 06/06/2014 foi emitida outra certidão pela Secretaria de Urbanismo de Praia Grande, informando que as áreas de reserva ambiental são áreas contíguas ao empreendimento

- fichas técnicas da área que precisam ser renovadas de 30 em 30 dias, sendo a primeira emitida pela Divisão de obras Particulares da Seurb acerca do zoneamento e uso permitido

- Manifestação do COMDEMA de Praia Grande, informando que em reunião do dia 15/01/2014, o órgão foi a favor da implantação do empreendimento

Em seguida vieram os pareceres do governo do Estado:

- Despacho de 15/02/2013 do Setor de Riscos Tecnológicos, quanto aos aspectos de risco do Complexo

- Parecer Técnico quanto à avaliação do nível de ruído na fase operações, emitido em 15/08/2014 pela Divisão de Avaliação de Ar, Ruído e Vibrações. Ursini informou que a aparelhagem para a medição é inovadora e o ruído será mínimo devido a ter no máximo 9 vôos diários, totalizando um tempo de ruído diário de 3 minutos.

- Parecer Técnico do Setor de Avaliação e Apoio ao Gerenciamento do Uso do Solo, sobre avaliação de contaminação do solo

- Laudo de vegetação emitido em 28/12/2011 pelo Instituto de Botânica

- Uma nova manifestação da ANAC quanto a autorização para construção do aeródromo em 2013

- Carta de diretrizes da SABESP emitida em 2013 informando que havia capacidade de fazer o abastecimento de água e coleta de esgoto do local

- Manifestação favorável da Ecovias em 29/04/2014 sobre o impacto viário na Rodovia Padre Manoel da Nóbrega

- Parecer técnico 210/10 do IPHAN/SP emitido em 28/07/2010 manifestando-se favorável a concessão da Licença Ambiental Prévia, sendo que agora em 2017 o IPHAN concedeu a licença de estudo para implantação, ou seja, existem órgãos em que precisa-se ir, volta, e depois precisamos voltar novamente ao órgão pra outra licença ou renovar a mesma.

- Carta da CPFL nº 719/2014 de 08/01/2014, informando que seria possível a eletrificação do empreendimento pela Concessionária.

- Manifestação da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo de 24/04/2013 e Ofício da Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região

do Vale do Paraíba e litoral de 18/06/2013 com relação à unidade prisional que existe no local.

- Ofício SAP/GS nº 1374/2014 da Secretaria de Administração Penitenciária em 09/09/2014 referente a transferência do Centro de Detenção Provisória de Praia Grande. A empresa comprometeu-se a construir uma nova unidade prisional para substituir a existente no local. Entretanto agora em 2017 precisamos novamente entrar em contato para emissão a LI, pois o órgão reconsiderou o local antes aceito em 2014 e que não era mais suficiente para a nova unidade prisional. Então tivemos que mudar o projeto e para tanto fizemos reunião com o Secretário, por intermédio do deputado Cássio Navarro, e estamos para aprovar o novo projeto agora em agosto.

- Correspondência da Transpetro de 18/03/2014 referente ao gasoduto Brasil-Bolívia que existe na gleba, permitindo a transposição e o tipo de obra que será feito por cima.

- Informação Técnica nº 111/2014 do Instituto Geográfico e Cartográfico de 15/08/2014 sobre a drenagem e o curso d'água no local

- Ofício 07/2013 de 23/01/2013 do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista – CBH/BS, favorável ao empreendimento

- Uma nova manifestação sobre os impactos decorrentes do empreendimento ao Parque Estadual da Serra do Mar, emitida pela Fundação Florestal, nº 240/2014 em 25/09/2014

- Relatório de vistoria pela CETESB referente as visitas constantes pelo Setor de Avaliação de Projetos de Transportes realizada em 17/10/2011

Depois disso foi apresentado uma série de relatórios de visitas e uma série de memória de reuniões. Eram duas reuniões semanais, onde foram construídas as soluções em cima da mesa Junto a CETESB.

Toda essa documentação foi necessária para chegar à Manifestação do Conselho Estadual de Meio Ambiente favorável ao empreendimento e a emissão da Licença Ambiental Prévia que dá viabilidade ao

empreendimento e determinou uma série de condicionantes para a Emissão da LI.

A partir deste ponto foi na virada de 2014 para 2015 quando iriamos começar o trabalho, aí chegou a Ação do Ministério Público em Janeiro de 2015, porém enquanto não se julgava a ação que demorou dois anos, foi contratada a empresa KPMG para a elaboração de um Estudo de viabilidade Econômico-financeira em 19/01/2015.

O relatório foi entregue em 23/10/2015, com um resultado positivo, inovador e pioneiro, que quando pronto será o maior de América Latina.

Em seguida, o Sr. André Ursini mostrou um slide com o caminho a ser percorrido para a emissão da LI (Licença de Implementação) que permite começar a supressão da vegetação, são 34 condicionantes. Dentro do workflow, para todas as condicionantes existia um prazo e que 90% delas foram concluídas até o momento.

Ursini disse que todos os itens eram complexos e afirmou que todas as etapas para emissão da LP, teriam que ser feitas novamente para a emissão da LI.

Dentre os itens que ainda não foram concluídos havia um para drenagem e reuso da água que está em avaliação na Prefeitura de Praia Grande e um outro que a FUNAI precisa entregar um termo de referência sobre a tribo nômade que habita o local. O grupo pretende fazer medidas mitigatórias junto à FUNAI para compensação das pessoas que lá estão, de acordo com o termo de referência e as exigências que o órgão estabelecer.

Outro item ainda em aberto é com respeito a ECOVIAS, pois a CETESB quer que que a ECOVIAS informe o prazo para o término da construção da terceira faixa de rolagem. Parece que o prazo é para 2019.

Neste ponto o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional) entra novamente no cronograma. Ele é que analisa o impacto dos empreendimentos imobiliários de grande porte e dia 27 de julho de 2017 saiu a autorização que foi publicada no Diário Oficial da União e enviada novamente ao instituto.

Outros itens apresentados são as reuniões técnicas junto TRANSPETRO para definição de como fazer a transposição do gasoduto, definição da SAP (Sistema de Administração Penitenciária) sobre a transferência do CDP e que será resolvida ainda este mês, realização da compensação financeira juntou CETESB de 5% do valor do empreendimento revertidos ao Parque Estadual da Serra do Mar.

Ainda pensando na responsabilidade com a cidade de Praia Grande e o meio ambiente, será criado um parque de biodiversidade na área de preservação do complexo, com visitações monitoradas. Será promovida a educação ambiental, trilhas e preservação da natureza, além da gestão e cuidado para que não haja invasões e nem degradação ambiental no local.

Será criada uma fundação chamada Fundação Andaraguá, que tem a obrigação de instalar equipamentos públicos no local, e que em parceria com a prefeitura irá proporcionar: Escola de capacitação de mão de obra e ensino profissionalizante; Núcleos de estudos e pesquisa científica e tecnológica; Agência de Fomento e uma Incubadora para empresas de tecnologia. Este espaço ainda contará dentro do bloco do complexo com áreas institucionais, corpo de bombeiro, posto policial, unidade ambiental, unidade de saúde, centro operacional e centro de descompressão.

Neste momento, o Sr. André Ursini apresenta slides com as perspectivas de implantação e explica as funções dos locais.

Foi apresentado diversos layouts de todos os ambientes do complexo durante a exposição, Ursini disse que o prazo de implantação de cada etapa das implantações propostas será de dois anos sendo que a totalidade do projeto será de 10 a 20 anos considerando a maturação total do empreendimento.

Ao final da apresentação foi passado todos os canais de comunicação da empresa para contatos.

O vereador Leandro após exposição tomou a palavra e convidou, para a mesa de trabalho, os vereadores Marcelino, membro da comissão e o vereador Cadu Barbosa, presidente da UVEBS. Registrou também a presença do Sr. Sérgio Leite, delegado municipal do Conselho Regional de

Corretores de Imóveis; agradeceu ao Sr. Marco Antônio, presidente do Ocian Praia Clube pela cessão do espaço; anunciou também a presença do Sr. Itamar Marciano, secretário adjunto da SEDETRA, do Sr. Nélio Del Afonso, secretário de planejamento; do Sr. Edson Milan, ex-vereador e presidente da câmara; do Sr. Moisés Gomes, secretário adjunto da Secretaria de Turismo; e o vereador Barreto do município de São Vicente.

Em momento subsequente, o vereador anunciou que pelos próximos 15 minutos iria abrir o microfone para perguntas das pessoas presentes, porém antes de dar a palavra aos participantes explanou a respeito da importância de ter um apoio político para resolução do problema com a FUNAI. O Sr. André Ursini confirma e fala a respeito também da expansão da linha férrea e das novas linhas de transmissão que se farão necessárias. Complementa falando ainda que se antecipou a FUNAI e fará uma entrada independente para a área do povoado, sem que os moradores do local passem pelo interior do complexo e passou a palavra ao vereador Romulo Brasil.

Rômulo Brasil cumprimenta os presentes e agradece a câmara pela realização da CEV, após isso fala sobre uma reunião, no dia anterior, que teve com a ECOVIAS, DER e ARTESP, e pergunta sobre o impacto que o trânsito de veículos e caminhões terá sobre a cidade de Praia Grande e sobre a rodovia.

Ursini diz que os caminhões não entrarão na cidade, e quanto a rodovia, será feita uma 3ª pista para maior escoamento do trânsito, dando alguns dados técnicos da obra.

Leandro Avelino lê uma pergunta de Cleiton Stipanich, que questiona como as empresas da cidade podem participar do projeto. Ursini diz que está fazendo cadastros de currículos e de empresas, para que quando se der o início da implantação estas pessoas serem chamadas para participar das concorrências públicas de preços.

Em seguida o vereador Marcelino assume a palavra e primeiramente agradece a presença de todos os presentes e parabeniza o vereador Leandro pela iniciativa da reunião e da CEV. Após isso pede aos vereadores

e presentes, além do deputado Cassio Navarro que ajudem o empreendimento, e pede a Ursini que olhe para a cidade com carinho em relação a geração de emprego e mão de obra. Por fim, declara que pode contar com a sua ajuda para o que for necessário.

O vereador Leandro retoma a palavra e lê a manifestação da participante Patrícia que questiona se existe algum acordo para que seja priorizada a mão de obra local durante as obras e a contratação de empresas da cidade. Leandro acha que esta questão já foi respondida e Ursini diz que sim, existe em parceria com a Prefeitura de Praia Grande.

A próxima pergunta lida é da Sra. Ana patrícia que pergunta sobre a localização dos índios. Se a área foi considerada terra indígena e se pode atrapalhar na implantação do projeto. Leandro diz que na explanação de Ursini já foi respondida esta colocação.

Em manifestação oral, o advogado maritimista Érico primeiro parabeniza o Sr. Ursini pela apresentação e pergunta sobre as implicações jurídicas da implantação do projeto, questiona qual o planejamento da empresa com relação a insegurança jurídica a respeito do arrendamento da área. Faz ainda uma 2ª questão, perguntando se há a possibilidade de transformar o espaço em uma ZPE (Zona de Processamento de Exportação).

O Sr. Ursini começa pela 2ª pergunta dizendo que Praia Grande foi a primeira cidade a pedir em 2008 a concessão de uma ZPE em Brasília e diz que isto está em trâmite, mas que está batalhando para ser um CLIA (Centro Logístico e Industrial Aduaneiro). Diz que está batalhando ainda para que consiga para o Estado de São Paulo, um entreposto da Zona Franca de Manaus, salientando que somos o único estado que não possui este tipo de entreposto. Quanto a 1ª pergunta, Ursini declara que quando recebem algum entrave jurídico se esforçam para resolvê-lo e afirma que na data de hoje, não possui nenhum entrave jurídico para ser solucionado.

Leandro assume a palavra e lê uma pergunta que declara ser de um tema importante. O Sr. Renato pergunta se em contrapartida a implantação do Complexo Andaraguá será implantado um presídio em nossa cidade? O vereador Leandro afirma que já possuímos um CDP e o que se estuda é uma

transferência de local. Ursini ainda complementa informando que em contato com o SAP pediu um case de sucesso de construção de presídio para servir de orientação para construir o presídio da realocação, porém o SAP afirmou que não se tratava de um presídio e sim somente de um CDP, porém nas novas configurações da administração estadual.

O vereador Leandro assume novamente a palavra e registra a presença dos vereadores Betinho, João Côrrea Neto, o secretário adjunto de trânsito Sr. Claudenir e chama o vereador Cadu para sentar à mesa.

Ursini faz uma consideração ao vereador Betinho e agradece o mesmo pelo apoio na reunião do CONSEMA de 2014

O vereador Cadu assume a palavra e agradece a colaboração de Ursini quanto ao apoio aos animais abandonados na região do Complexo e pergunta se na área terá algum centro de tratamento de saúde animal.

Ursini diz que terá sim esta unidade de saúde animal no complexo e explana sobre o processo de reintegração de posse que houve no local. Disse que esteve no período de 10 dias da reintegração no local dando suporte a polícia e aos casos das pessoas desalojadas, como fornecimento de marmitex às crianças, água e retorno as cidades de origem.

Leandro lê a pergunta do Sr. Marcelo Souza que questiona se o Complexo está aberto em uma IPO de fundos imobiliários. Ursini diz que quando fez o estudo em 2015 com a KPMG foi justamente para isso. Que a Andaraguá S/A possui dois fundos de participação acionistas do projeto.

Em mais uma pergunta lida pelo vereador Leandro, John Santos Ferreira perguntou: Quais as áreas de atuação e quais cursos são necessários para se fazer parte, não só do Andaraguá mas também das empresas que farão parte dele? Ursini respondeu que em uma pesquisa de mercado feita anteriormente existem mais de 20 segmentos que podem ser atendidos pelo complexo. Disse ainda que em conversas com o secretário de Praia Grande, estão qualificando primeiro a mão de obra necessária para a obra de construção, e que assim que conseguir terminar essa fase, conseguirá qualificar pessoas para trabalhar nas operações.

Leandro continua a reunião agradecendo ao Joilson do Sindicato dos Funcionários Públicos de Praia Grande quanto ao apoio no possível processo de qualificação.

Em seguida lê a pergunta do Cristian da Angel Car sistema de rastreamento, sobre a locação de salas para as empresas ligadas ao setor de transporte e logística. Ursini diz que no prédio comercial existente no local, terão diversas salas para locação.

Em pergunta no microfone, André da imobiliária Costa do Sol faz um pedido de que todos os participantes recebam o projeto em formato digital. Ursini esclarece que o projeto é um projeto vivo e portanto sofre mudanças constantes, pois se no projeto aponta dois espaços e uma empresa necessitar de um espaço maior, ele terá que unificar os espaços. Disse ainda que o projeto está disponível tanto no site quanto no facebook da empresa. O participante André fez mais duas perguntas, sendo a primeira sobre a macrodrenagem da região do Sítio do Campo em contrapartida da empresa empreendedora, e a segunda sobre um grupo chinês que gostaria de se instalar na região e trazer 20 mil pessoas para trabalhar em um empreendimento ZPE.

Ursini disse que o processo de ZPE existe, mas que precisa esperar o governo ter a vontade de instalar uma ZPE na região, pois independe da ação da empresa. Sobre a macrodrenagem Ursini diz que existe sim o projeto de macrodrenagem, sendo que contempla também a captação da CETESB, bacia de retenção e reaproveitamento de água.

O vereador Leandro pergunta sobre em que momento se apresenta os estudos para a Reserva de Proteção Permanente. Ursini diz que o estudo já está feito e que só falta a criação, que será feita no momento da instalação do empreendimento.

O participante Wilson manda a segunda pergunta: Desde 2014 a prefeitura de praia Grande pretende abrir uma área de transbordo de resíduos sólidos residenciais, que atraem muitos pássaros para a área de segurança aeroportuária, que é regida pelo Conama em sua resolução 04/95, entre outras leis. Desta forma gostaria de saber como se pretende conseguir a

licença de operação, sendo que ela conflita com o transbordo? Ursini responde que 15 dias atrás esteve no maior aterro sanitário da América Latina, na região do Km 33 da Anhanguera, e que a baixada terá que resolver o destino do lixo da região. Que o Complexo Andaraguá irá direcionar todo o lixo produzido justamente para este transbordo do Km 33 da rodovia Anhanguera. Disse que o armazenamento do lixo nessas regiões já estão sendo feitos de forma que evitam a presença de pássaros e que ele desconhece este projeto de transbordo em Praia Grande. Disse que o prefeito Mourão, em consonância com o Condesb tem se preocupado em resolver a questão do lixo na baixada, mas que desconhece o projeto em Praia Grande.

O Sr. Alaôr toma a palavra e manifesta a vontade da Associação Comercial de Praia Grande participar efetivamente do fomento do projeto. Pergunta se é possível uma parceria na qual o Complexo Andaraguá apresenta à ACEPG a necessidade de empresas fornecedoras, e a ACEPG destina as empresas do setor ao Complexo. Ursini diz que existe sim esta possibilidade.

Leandro retoma a palavra relatando a manifestação do Sr. Hugo Brasil, sobre vagas para munícipes da cidade, e confirmando que o assunto já foi respondido; e a manifestação do Sr. Carlos Alberto Valentim que gostaria de saber mais sobre a engenharia financeira do empreendimento, volumes do investimento total e por fases, que o vereador responde dizendo que irá repassar diretamente ao Sr. André Ursini por se tratar de uma informação mais técnica e detalhada.

Continuando, o vereador Leandro informa que a reunião foi elaborada para que fossem eliminadas as dúvidas à respeito do projeto e que serão quatro audiências públicas, sendo esta a primeira. A próxima reunião será dia 11 às 9h na Associação de Amigos do Jardim Real, ficando estendido o convite aos vereadores para a participação; depois, dia 24, será outra reunião na região da Curva do S, a princípio em uma escola municipal; e finalizar no dia 31/08 com uma Audiência Pública na Câmara Municipal de Praia Grande.

Em seguida Leandro deixa a palavra aberta ao Sr. André Ursini para as considerações finais.

O Sr. André Ursini pede que os participantes que plantarem as cerejeiras que a empresa distribuiu, que mande foto para o controle. Sobre o questionamento do Sr. Valentim, feito anteriormente, sobre a engenharia financeira, Ursini disse que a implementação custará 1bilhão de investimento total, sendo a 1ª fase em torno de 450 milhões, pois trata-se de toda a obra de infraestrutura. Disse que o dinheiro já está reservado esperando somente a autorização para a implantação e que esta fase representa 40% de todo o processo, e que o restante está aberto a negociação do público, encerrando sua fala.

Uma senhora pediu para fazer uma pergunta, questionando se é obrigatório que o presídio seja feito em Praia Grande e o Sr. Ursini disse que sim.

O Sr. Júlio Costa pediu o microfone para uma pergunta e se apresentou. Disse que é o representante da holding grupo Machado formada por 5 empresas de Goiás e gostaria de saber sobre a parte de transporte de combustível e questionou o prazo entre a LI e a Lo. Ursini respondeu que serão 3 anos. O Sr. Julio Costa explana sobre a demanda de combustível no Brasil e o problema de infraestrutura do país para suportar o crescimento deste consumo.

Uma última manifestação oral ainda foi feita pelo Sr. Marcelo Ataíde Garcia, presidente da comissão de defesa dos direitos das pessoas com deficiência da OAB, que pergunta como o Andaraguá irá implementar a inclusão dentro do complexo, tanto na questão trabalhista quanto no seu envolvimento com a cidade.

Ursini diz que em parceria com a prefeitura está criando formas para a capacitação desta mão de obra e projetos de inclusão ao complexo.

O vereador Leandro declara encerrada a reunião.

ATA DA REUNIÃO DA CEV SOBRE O COMPLEXO EMPRESARIAL ANDARAGUÁ REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2017

Às 9h do dia 11 de agosto de 2017, nas dependências da Associação dos Amigos e Moradores do Jardim Real Ocian Praia Clube deu-se início a 2ª reunião da comissão especial de vereadores da Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande, sobre o Complexo Andaraguá.

A reunião foi presidida pelo vereador Leandro Avelino que inicialmente cumprimentou os presentes; o vereador Hugo Ribeiro; o Sr. Sérgio Pontes, presidente da Associação; e o Sr. André Ursini, diretor da ICIPAR Empreendimentos, e que foram os componentes da mesa.

Salientou que esta é uma reunião de trabalho que normalmente ocorre nas dependências da Câmara Municipal e que devido à importância desta CEV, excepcionalmente estão realizando estas reuniões em locais públicos e com participação popular. Disse que a CEV foi criada por requerimento do próprio vereador e que fazem parte, junto com ele, os vereadores Marcelino e Rômulo Brasil.

Ao iniciar a reunião Leandro considerou que após 10 anos e em vias de inícios das obras, chegou o momento de levar este tema a sociedade. Também destacou a importância da Câmara Municipal estar próxima a população e de levar a informação correta sobre o andamento do empreendimento que gerará uma nova matriz econômica ao município.

Em seguida passou a palavra ao Sr. Sérgio Pontes, que agradeceu a presença de todos e cumprimentou os presentes.

Pontes relatou que conversava anteriormente com o Sr. Ursini sobre a demora do projeto, não por culpa da empresa e nem do município, mas principalmente decorrente da legislação ambiental que cria uma série de entraves que para serem ultrapassados leva-se anos. Esse processo faz com que grupos empresariais estrangeiros acabem por desistir de investir no Brasil.

Lamentou ainda que a desinformação faz com que a população acabe por disseminar rumores e a descrença na realização do empreendimento.

Agradeceu ainda a presença do ex-vereador Resende e se declarou um entusiasta do projeto.

Lembrou ainda de Audiência Pública em dezembro de 2012, nas dependências da Câmara Municipal, sobre o projeto e ressaltou a sua importância para a economia da região.

Destacou a presença de vários diretores da Associação de Amigos do Jardim Real e da Sra. Adriana do PIC Real, e agradeceu a divulgação da reunião por parte da população do local.

O Sr. André Ursini tomou a palavra e iniciou a apresentação do projeto. Antes agradeceu a presença de todos e pediu que os presentes se aproximassem para escutá-lo.

Disse que o Jardim Real já fez parte de seu passado na construção do conjunto habitacional do bairro em 1994.

Iniciou se apresentando como diretor da Andaraguá S/A, do grupo Sonda Supermercados e da qual faz parte a empresa ICIPAR. Disse estar sempre acessível à população para dirimir dúvidas e explicou os ramos de atuação da empresa. Falou da importância do Complexo Andaraguá e iniciou a apresentação da visão de implantação do projeto.

Assumiu uma falha por parte da empresa em seu relacionamento com a população e enalteceu a CEV proposta pelo vereador Leandro. Se justificou dizendo sobre a expectativa que gera na população a respeito de empregos quando da divulgação de algum fato novo, e que para atender as etapas do processo demora-se muito tempo. Citou como exemplo o levantamento de Fauna e Flora onde fica-se por dia na mata preparando armadilhas para catalogar a flora e fauna do local, para depois apresentar um projeto de mitigação e transferência dos animais e árvores para outro local.

Disse que apresentação é um pouco extenso com 56 slides e que mostrará em que ponto se encontra o projeto e onde pretende-se chegar. Ursini diz que os caminhões não entrarão na cidade, e quanto a rodovia, será feita

uma 3ª pista para maior escoamento do trânsito, informou que o complexo é na verdade um condomínio logístico e que a pista de pouso e decolagem é apenas uma parte do condomínio, destacou ainda que a obra é completamente privada sem nenhum dinheiro público, é um condomínio de acordo com a lei 4.591 de 1964. Sua descrição mais exata é um projeto de condomínio logístico com aeródromo privado, não podendo fazer vôo comercial.

A atuação na parte aeroviária se limita a aviação geral, somente cargas, e os serviços a serem executados são os de logística. O modelo de negócio da empresa é a construção e posterior locação de galpões modulares, tipo AAA, e os potenciais clientes serão os operadores de carga do porto de Santos.

Explanou que o empreendimento conta com uma licença ambiental prévia, expedida em novembro de 2014 pelo CONSEMA com 34 condicionantes que, se cumpridas, irão permitir o início da obra e a supressão da vegetação existente na área.

Nas características do projeto mostrou que 71 por cento da área do complexo será área de preservação e 29 por cento será a ocupação da área efetiva do empreendimento. O objetivo é a construção por fases sendo que a duração para implementação de cada fase é de dois anos.

O empreendimento está sendo pensado para uma demanda de 60, 70 anos de crescimento e compreenderá além das áreas de galpões e hangares, torres de escritório, de hotel e de alimentação e pista com 2600 metros. A planta foi sendo construída junto com CETESB para que fossem feitas as alterações de acordo com o que é permitido e facilitando a aprovação.

O projeto contempla 1.000.000 de m² de área para operações, mais heliponto e hangar.

O objetivo a curto prazo é criar um CLIA - Centro Logístico Industrial Aduaneiro e a internacionalização da pista, tendo a alfândega dentro do próprio empreendimento. Diz que Praia Grande foi a primeira cidade a pedir em 2008 a concessão de uma ZPE em Brasília e que isto está em trâmite, sendo que as ZPE´s fizeram a China crescer comercialmente devido

a sua forma de tributação. Diz ainda que está batalhando para que consiga para o Estado de São Paulo, um entreposto da Zona Franca de Manaus, salientando que somos o único estado que não possui este tipo de entreposto.

Ursini informou que o impacto de ruídos será mínimo devido a ter no máximo 9 voos diários, totalizando um tempo de ruído diário de 3 minutos.

Nesse ponto o Sr. André Ursini parabenizou administração de Praia Grande e seu planejamento de crescimento, que já em 1968 através de decreto reservava a área para uso de expansão industrial. Ainda falando da administração municipal, relatou que em 2006 a prefeitura começou as audiências para o plano diretor que mudava o zoneamento da cidade, e hoje o espaço está em uma zona de uso diversificado que é uso adequado para o empreendimento, o que gerará emprego e crescimento para a cidade.

Destacou o fácil acesso ao espaço pelas rodovias e linhas férreas, sua proximidade com São Paulo e sua integração com o Porto de Santos. Destacou o compromisso de fazer uma via marginal a rodovia Pedro Taques, para o acesso ao complexo e não prejudicar o sistema viário.

Continuando a prestação de contas sobre o andamento da parte de autorizações para o empreendimento, Ursini mostrou slide com a informação que em 2008 houve autorização pela ANAC e que o mesmo foi renovado em 2013, a pedido da CETESB. Em 2014 houve a emissão da licença prévia.

Em 2012, em um esforço por parte da administração municipal de Praia Grande para facilitar a implementação do empreendimento, houve uma tentativa de declaração de interesse público municipal pelo decreto 5.055, porém não foi aceito pelo governo do estado com a alegação que este interesse público deveria partir da esfera estadual, além da impossibilidade por se tratar de investimento totalmente privado.

Ressaltou a importância da localização do empreendimento junto a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega e citou a região como o eixo principal de comércio junto ao Mercosul.

Mostrou um mapa destacando toda a área da empresa, bem como as áreas destinadas ao complexo e suas futuras melhorias como a integração das linhas férreas existentes com o Complexo Andaraguá.

Procurando o pioneirismo do empreendimento, Ursini busca trazer uma montadora de carros elétricos para o complexo, mostrando aos fabricantes as vantagens em se instalar no local.

Ainda sobre as instalações, o local contará com estacionamento para caminhões, terminal logístico aduaneiro e centros de distribuição, principalmente da parte têxtil. Será intermodal, unindo rodovia, ferrovia e porto. O aeródromo terá um investimento para a construção da pista de 200 milhões de reais, incluindo os equipamentos, e o retorno previsto será em 12 anos.

Clientes potenciais: aviação executiva, aviação de carga e manutenção de aviões.

No slide de informações importantes foi destacado que o empreendimento é composto por 9 glebas contíguas, todas em zona de uso diversificado. Sua totalidade está dentro da tipologia Z5 no estado, zoneamento ecológico-econômico, que permite atividades industriais, aeroportuárias, comércio e serviços, conforme decreto estadual número 58996.

O processo de licenciamento ambiental foi iniciado em 2008, no processo 1.668 da CETESB. Foi feito o termo de referência, logo após foi feito o EIA/RIMA o que resultou na obtenção da licença prévia, LP 2.396, em 2014.

Ursini mostrou na sequência, todas as etapas para que resultasse na obtenção desta licença.

- Parecer técnico DAIA/529/2008 com a definição do termo de referência para elaboração do EIA/RIMA

- Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Empreendimentos Industriais ou Imobiliários e de Projetos Urbanísticos em 05/09/2008/CONSEMA

- Criação do EIA/RIMA protocolado em 2010 e com respectivas informações complementares em 2012, em atendimento a ATA de reunião de 15/09/2011. Estudo realizado em parceria com a CETESB diante das

complexidades do projeto, onde foi-se construindo uma solução para a viabilidade da aprovação.

Abre-se um parênteses aqui na sequência de informações, onde o Sr. André Ursini informa que houve uma manifestação por parte Ministério Público em uma Ação Civil Pública, pedindo o cancelamento da licença prévia obtida, que levou quase 2 anos no judiciário para que julgasse improcedente e a empresa pudesse dar prosseguimento ao licenciamento.

- Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA, realizada em Praia Grande em 06/12/2012.

De acordo com Ursini, após a Audiência a CETESB começou a pedir uma série de certidões que foram providenciadas.

- Em 12/03/2013 foi emitida pela Secretaria de Meio Ambiente de Praia Grande a certidão 003/2013 declarando que a gleba não foi utilizada como depósito de resíduos nocivos à saúde pública.

- Em 17/02/2014 outra certidão emitida pela Secretaria de Meio Ambiente de Praia Grande, informando que o empreendimento situa-se em na Zona de Usos Diversificados - ZUD-1, que prefeitura não tem nada a opor e que não possui estrutura para análise ambiental, cabendo a CETESB esta análise.

- Em 24/04/2014 foi emitida pela Secretaria de Urbanismo de Praia Grande, a certidão 128/2014, informando que o empreendimento situa-se em na Zona de Usos Diversificados - ZUD-1, o que permite sua instalação no local

- Em 06/06/2014 foi emitida outra certidão pela Secretaria de Urbanismo de Praia Grande, informando que as áreas de reserva ambiental são áreas contíguas ao empreendimento

- fichas técnicas da área que precisam ser renovadas de 30 em 30 dias, sendo a primeira emitida pela Divisão de obras Particulares da Seurb acerca do zoneamento e uso permitido

- Manifestação do COMDEMA de Praia Grande, informando que em reunião do dia 15/01/2014, o órgão foi a favor da implantação do empreendimento

Em seguida vieram os pareceres do governo do Estado:

- Despacho de 15/02/2013 do Setor de Riscos Tecnológicos, quanto aos aspectos de risco do Complexo

- Parecer Técnico quanto à avaliação do nível de ruído na fase operações, emitido em 15/08/2014 pela Divisão de Avaliação de Ar, Ruído e Vibrações.

- Parecer Técnico do Setor de Avaliação e Apoio ao Gerenciamento do Uso do Solo, sobre avaliação de contaminação do solo

- Laudo de vegetação emitido em 28/12/2011 pelo Instituto de Botânica

- Uma nova manifestação da ANAC quanto a autorização para construção do aeródromo em 2013

- Carta de diretrizes da SABESP emitida em 2013 informando que havia capacidade de fazer o abastecimento de água e coleta de esgoto do local

- Manifestação favorável da Ecovias em 29/04/2014 sobre o impacto viário na Rodovia Padre Manoel da Nóbrega

- Parecer técnico 210/10 do IPHAN/SP emitido em 28/07/2010 manifestando-se favorável a concessão da Licença Ambiental Prévia, sendo que agora em 2017 o IPHAN concedeu a licença de estudo para implantação, ou seja, existem órgãos em que precisa-se ir, volta, e depois precisamos voltar novamente ao órgão pra outra licença ou renovar a mesma.

- Carta da CPFL nº 719/2014 de 08/01/2014, informando que seria possível a eletrificação do empreendimento pela Concessionária.

- Manifestação da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo de 24/04/2013 e Ofício da Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região do Vale do Paraíba e litoral de 18/06/2013 com relação à unidade prisional que existe no local.

- Ofício SAP/GS nº 1374/2014 da Secretaria de Administração Penitenciária em 09/09/2014 referente a transferência do Centro de Detenção Provisória de Praia Grande. A empresa comprometeu-se a construir uma nova unidade prisional para substituir a existente no local. Entretanto agora em

2017 precisamos novamente entrar em contato para emissão a LI, pois o órgão reconsiderou o local antes aceito em 2014 e que não era mais suficiente para a nova unidade prisional. Então tivemos que mudar o projeto e para tanto fizemos reunião com o Secretário e estamos para aprovar o novo projeto agora em agosto.

- Correspondência da Transpetro de 18/03/2014 referente ao gasoduto Brasil-Bolívia que existe na gleba, permitindo a transposição e o tipo de obra que será feito por cima.

- Informação Técnica nº 111/2014 do Instituto Geográfico e Cartográfico de 15/08/2014 sobre a drenagem e o curso d'água no local

- Ofício 07/2013 de 23/01/2013 do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista – CBH/BS, favorável ao empreendimento

- Uma nova manifestação sobre os impactos decorrentes do empreendimento ao Parque Estadual da Serra do Mar, emitida pela Fundação Florestal, nº 240/2014 em 25/09/2014

- Relatório de vistoria pela CETESB referente as visitas constantes pelo Setor de Avaliação de Projetos de Transportes realizada em 17/10/2011

Depois disso foi apresentado uma série de relatórios de visitas e uma série de memória de reuniões. Eram duas reuniões semanais, onde foram construídas as soluções em cima da mesa Junto a CETESB.

Toda essa documentação foi necessária para chegar à Manifestação do Conselho Estadual de Meio Ambiente favorável ao empreendimento e a emissão da Licença Ambiental Prévia que dá viabilidade ao empreendimento e determinou uma série de condicionantes para a Emissão da LI.

A partir deste ponto foi na virada de 2014 para 2015 quando iriamos começar o trabalho, aí chegou a Ação do Ministério Público em Janeiro de 2015, porém enquanto não se julgava a ação que demorou dois anos, foi contratada a empresa KPMG para a elaboração de um Estudo de viabilidade Econômico-financeira em 19/01/2015.

O relatório foi entregue em 23/10/2015, com um resultado positivo, inovador e pioneiro, que quando pronto será o maior de América Latina.

Em seguida, o Sr. André Ursini mostrou um slide com o caminho a ser percorrido para a emissão da LI (Licença de Instalação) que permite começar a supressão da vegetação. São 34 condicionantes. Dentro do workflow, para todas as condicionantes existia um prazo e que 90% delas foram concluídas até o momento.

Ursini disse que todos os itens eram complexos e afirmou que todas as etapas para emissão da LP, teriam que ser feitas novamente para a emissão da LI. Falou ainda que é importante estas exigências da CETESB e que ele faz controle já há dez anos para que futuramente tenha parâmetros para mostrar o impacto do empreendimento na área. Entretanto, Ursini questiona a morosidade com que estas exigências são feitas e avaliadas.

Dentre os itens que ainda não foram concluídos havia um para drenagem e reuso da água que está em avaliação na Prefeitura de Praia Grande na SEOP e um outro que a FUNAI precisa entregar um termo de referência sobre a tribo nômade que habita o local. O grupo pretende fazer medidas mitigatórias junto à FUNAI para compensação das pessoas que lá estão, de acordo com o termo de referência e as exigências que o órgão estabelecer. Complementa falando ainda que se antecipou a FUNAI e fará uma entrada independente para a área do povoado, sem que os moradores do local passem pelo interior do complexo.

Outro item ainda em aberto é com respeito a ECOVIAS, pois a CETESB quer que que a ECOVIAS informe o prazo para o término da construção da terceira faixa de rolagem. Parece que o prazo é para 2019.

André Ursini ainda explicou sobre o rigor com que tem que ser cumpridos as exigências da CETESB, pois caso exista algum problema o órgão não emite a LO (licença de operação), que é o documento que permite o funcionamento do complexo.

Além do Complexo Andaraguá, na área, ainda existem dois outros projetos importantes para serem feitos. Um é a nova linha de transmissão de energia que atenderá Praia Grande, Mongaguá e Litoral Sul; e o outro é a ampliação da linha férrea que leva ao Porto, com a instalação de um pátio regulador.

Neste ponto o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional) entra novamente no cronograma. Ele é que analisa o impacto dos empreendimentos imobiliários de grande porte e dia 27 de julho de 2017 saiu a autorização que foi publicada no Diário Oficial da União e enviada novamente ao instituto.

Outros itens apresentados são as reuniões técnicas junto TRANSPETRO para definição de como fazer a transposição do gasoduto, definição da SAP (Sistema de Administração Penitenciária) sobre a transferência do CDP e que será resolvida ainda este mês, realização da compensação financeira junto à CETESB de 5% do valor do empreendimento, revertidos ao Parque Estadual da Serra do Mar.

Ainda pensando na responsabilidade com a cidade de Praia Grande e o meio ambiente, será criado um parque de biodiversidade na área de preservação do complexo, com visitações monitoradas. Será promovida a educação ambiental, trilhas e preservação da natureza, além da gestão e cuidado para que não haja invasões e nem degradação ambiental no local.

Será criada uma fundação chamada Fundação Andaraguá, na área institucional do complexo, que teria a função de instalar equipamentos públicos no local, e que em parceria com a prefeitura irá proporcionar: Escola de capacitação de mão de obra e ensino profissionalizante; Núcleos de estudos e pesquisa científica e tecnológica; Agência de Fomento e uma Incubadora para empresas de tecnologia. Este espaço ainda contará dentro do bloco do complexo com áreas institucionais, corpo de bombeiro, posto policial, unidade ambiental, unidade de saúde, centro operacional e centro de descompressão.

Neste momento, o Sr. André Ursini apresenta slides com as perspectivas de implantação e explica as funções dos locais. Menciona que o total de placas fotovoltaicas instaladas no empreendimento irão produzir o dobro de

energia que o Complexo irá utilizar e que o espaço destinado a preservação pelo IBAMA irá proporcionar uma zona de amortecimento dos ruídos emitidos pelo local.

Foi apresentado diversos layouts de todos os ambientes do complexo durante a exposição, Ursini disse que o prazo de implantação de cada etapa das implantações propostas será de dois anos sendo que a totalidade do projeto será de 10 a 20 anos considerando a maturação total do empreendimento.

Ao final da apresentação foi passado todos os canais de comunicação da empresa para contatos.

O vereador Leandro após exposição tomou a palavra e convidou para a mesa de trabalho o vereador Romulo Brasil que é relator da comissão e agradeceu também a presença do vereador Marcelino.

Na sequência disse que recebeu algumas perguntas que serão feitas e que abrirá o microfone para manifestações orais, porém antes de dar a palavra aos participantes estipulou um período de 30 minutos para as perguntas e finalização do trabalho, e enalteceu a oportunidade destas audiências esclarecerem e desmistificarem algumas notícias falsas que correm pela população.

A primeira pergunta foi da Sra. Eladir Carneiro que disse ter ficado na dúvida do local exato do empreendimento. Ursini mostrou o slide com a foto aérea do local e explicou detalhadamente o local.

Em seguida o vereador Leandro passa a palavra ao vereador Hugo ribeiro para que o mesmo faça o seu questionamento.

Hugo diz que diante de tão detalhada apresentação conseguiu dirimir quase que todas as dúvidas, porém fala sobre a Fundação Andaraguá e sobre a capacitação da mão de obra local, comparando Praia Grande com

Indaiatuba, pela existência de um aeroporto no local. Ressalta que temos que capacitar nossos jovens para as novas ofertas de empregos que o aeródromo irá gerar. Por fim, questiona sobre a qualificação técnica. Será possível alguma parceria com Senac, Sesi ou outras instituições para a existência de cursos técnicos na cidade?

Ursini diz que à respeito da Fundação, a intenção é trazer uma nova ETEC ou até uma FATEC para atender justamente esta demanda.

Leandro lê a pergunta do Sr. Antônio Carlos Pissin que questiona: Quando será o início da obra? E quando começara a funcionar?

Ursini toma a palavra e diz que 90% está pronto, mas que depende dos órgãos fiscalizadores. Disse ainda que até setembro consegue entrar com todas as respostas das condicionantes e aí começa a cobrança política para a emissão da LI. Disse que a partir da emissão da LI em 2 ou 3 dias já começa a obra.

A próxima pergunta lida pelo vereadro Leandro é da Sra. Evelyn Gutierrez Leal, que pergunta: Os Hotéis irão acomodar quantos hóspedes? Haverá lojas no complexo? Os empregos gerados serão somente do empreendimento ou a perspectiva de 15 mil empregos já estão inclusos os empregos gerados pelas empresas privadas que lá se instalarem? Haverá centro de treinamento exclusivo do complexo para o staff?

Por ordem o Sr. André Ursini responde, diz que o hotel do complexo possuirá 170 apartamentos, que haverá lojas e área de alimentação, que os 15 mil empregos é o número total, que na administração do empreendimento terão cerca de 350 a 400 pessoas empregadas diretamente, e por fim disse que o Complexo contará sim com um centro de treinamento exclusivo.

Leandro lê a pergunta do Sr. Rogério Rizzo. Há algum sócio de Praia Grande no empreendimento? Quais os incentivos fiscais ou outros? Será entregue em partes ou conclusão total da obra?

Ursini começa respondendo que sócio de Praia Grande no empreendimento não há. Ele exclui a participação do prefeito como parte societária e diz que

esta especulação já foi objeto de ação do ministério público, que não encontrou nada que comprovasse essa afirmação. Sobre os incentivos fiscais, Ursini diz que existe uma lei municipal à qual ele pede que o empreendimento se encaixe, e por fim esclarece que o empreendimento será feito em 5 fases.

A Sra. Maria Rizato pergunta: O IBAMA irá autorizar a derrubada da mata? O Sr. André Ursini diz que esta autorização está constando no processo e que a CETESB emite a licença, sob a supervisão do IBAMA.

A Sra. Solange Pereira pergunta: A projeção de 9 aviões por dia é somente à respeito da 1ª etapa ou para quando o empreendimento estiver 100% concluído?

Ursini responde dizendo que a estimativa de 9 aviões é para quando a obra estiver 100% concluída.

Leandro lê mais uma pergunta da Sra. Solange e diz que esta pergunta é a respeito da geração de empregos, e que também foi feita pela Sra. Maria Lúcia Gomes da Silva, pelo Sr. Fernando Oliveira, a Sra. Eliana Maria e o Sr. Ângelo Monteiro Geiger. A pergunta em questão é: Quantas vagas de emprego serão criadas em Praia Grande? Seja para jovens, como perguntou a Sra. Solange, seja para a terceira idade, como perguntou a Sra. Maria Lúcia e se os empresários da cidade estarão integrados ao projeto.

Ursini diz que na 1ªfase de construção irá envolver cerca de 1.500 pessoas diretamente, a partir que os galões estiverem construídos e as empresas começarem a vir, gerará neste momento mais 4.500 empregos diretos, e por fim, a cada fase concluída mais 2 mil empregos diretos, chegando a 15 mil empregos no total. Com relação as empresas de Praia Grande, Ursini pede que as empresas entrem em contato para se cadastrarem como possíveis fornecedores.

O Sr. José Renato Paganela pergunta: A unidade de saúde do complexo será aberta ao público ou será exclusiva para o empreendimento e seus funcionários?

Ursini responde que será aberta ao público, pois a mesma estará dentro da área institucional do complexo.

O Sr. Curioso pergunta: Tenho uma casa na rua Ascenso Ferreira, uma rua depois do Complexo Andaragua. Qual a distância que ficará do complexo?

Ursini mostra no mapa e diz que entre a área do complexo e a rua, existe uma área de 60m de mata que será preservada.

Leandro lê a pergunta do Sr. Reinaldo Kioto que questiona: Por que somente uma pista? É possível a expansão?

O Sr. André Ursini diz que é possível a expansão sim, porém que uma pista só atenderá a demanda.

A última pergunta inscrita é do Sr. Laerte Paralo que afirma que Praia Grande não possui área industrial e questiona que o empreendimento atingirá qual população?

Ursini diz que no município existe a destinação da área para industrialização desde 1968 e que ela agora irá atingir este fim.

Leandro passa a palavra ao vereador Rômulo Brasil, que cumprimenta os presentes e faz considerações sobre o sistema viário da cidade e a geração de emprego.

O Sr. Cláudio assume o microfone, se diz um interessado no projeto e faz duas perguntas: Se os moradores que existem no local serão removidos? E se haverá mudança na classificação de Praia Grande como Estância Balneária?

Ursini responde dizendo que o Sr. Claudio faz parte de um grupo de 18 pessoas que estão no local e que a empresa fez um contrato de comodato com eles e submeteu a aprovação da CETESB. Afirmou que não existe o interesse de tirar eles de lá por parte da empresa, porém que esta situação depende da CETESB. Quanto à segunda pergunta, o Sr. André Ursini afirma que Praia Grande continuará sendo estância balneária.

Antes de encerrar, o vereador Leandro Avelino passa a palavra ao Sr. Sérgio Pontes para que faça suas considerações finais.

Pontes agradece a participação de todos, enaltece a apresentação e pede auxílio dos vereadores a divulgar junto à população as informações passadas nesta reunião.

O vereador Leandro agradece a todos e declara encerrada a reunião.

ATA DA REUNIÃO DA CEV SOBRE O COMPLEXO EMPRESARIAL ANDARAGUÁ REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2017

Às 19h do dia 25 de agosto de 2017, nas dependências da Escola Municipal 19 de janeiro, no bairro Ribeirópolis, deu-se início a 3ª reunião da Comissão Especial de Vereadores da Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande sobre o Complexo Andaraguá.

A reunião foi presidida pelo vereador Leandro Avelino que inicialmente cumprimentou os presentes e convocou para compor a mesa o Sr. André Ursini, diretor da empresa ICIPAR e responsável pelo projeto do Complexo Andaraguá; e o vereador Marcelino, que também é membro da CEV

O Sr. Avelino inicia explicando a motivação da reunião. Explica que é uma reunião de trabalho que normalmente ocorre nas dependências da Câmara Municipal e que devido à importância desta CEV, excepcionalmente estão realizando estas reuniões em locais públicos e com participação popular. Disse que a CEV foi criada por requerimento do próprio vereador e que fazem parte, junto com ele, os vereadores Marcelino e Rômulo Brasil.

Ressalta que o local desta reunião, o bairro Ribeirópolis e adjacências, será o impactado diretamente pela obra, pois será vizinho do complexo. Informou ainda que no dia 31/08 as 19h30 se dará na Câmara Municipal a 4ª e última reunião pública sobre o assunto.

Disse que percebeu nas reuniões anteriores que sempre após a apresentação, o público demonstra muitas dúvidas e interesse sobre os empregos que o Complexo irá gerar, e que isso irá ocorrer no momento certo; que o motivo da reunião é o esclarecimento aos munícipes de como andam os processos de licenciamento, as fases que o projeto já passou e o que falta para ele ser executado, para que a verdadeira informação possa ser divulgada à todos e possa contar com a participação de toda a população.

Em seguida passou a palavra ao vereador Marcelino, que agradeceu a presença de todos e cumprimentou os presentes.

Marcelino ressaltou a importância do projeto, principalmente para os moradores das regiões do Ribeirópolis até o Jardim Melvi, devido à proximidade com a área do Complexo.

O Sr. André Ursini assume a palavra e dá início à exposição do projeto. Primeiro cumprimenta os presentes e começa falando sobre três pontos para entender quem é o grupo empreendedor.

Iniciou se apresentando como diretor de expansão da ICIPAR empreendimentos imobiliários, do grupo Sonda Supermercados, que deu início a suas atividades há quase 45 anos, e da qual faz parte também a Andaragua S/A. Disse que a empresa Sonda Supermercados está presente em 38 cidades do Brasil e emprega diretamente cerca de 23 mil pessoas, indiretamente este número passa a quase 60 mil pessoas. Dentro do grupo ainda existem empresas de shopping centers, empresas de reflorestamento, empresa de negócios esportivos e outros segmentos.

O segundo ponto é sobre o relacionamento com as pessoas. Ursini diz estar sempre acessível à população para qualquer tipo de contato, seja para dirimir dúvidas ou até para contatos sobre emprego, e que este acesso faz parte da cultura da empresa sobre responsabilidade social. Complementa dizendo que o Andaraguá será um empreendimento que sempre estará de portas abertas à população.

Em seguida afirma que em 2010 em uma audiência pública já havia conversado com o vereador Marcelino sobre a preocupação da capacitação da mão de obra e geração de emprego na cidade, dizendo ainda que oportunidade de emprego é o que realmente atende toda a demanda da população, pois o emprego garante o acesso a um plano de saúde, educação superior e diminuição da violência.

Disse que apresentação é um pouco extensa com 56 slides e que mostrará em que ponto se encontra o projeto e onde pretende-se chegar. Ursini esclarece que o projeto é um projeto vivo e portanto sofre mudanças constantes. Explica que essas mudanças são constantes devido a necessidade de adequação as exigências de alguns órgãos e da necessidade algumas empresas que pretendem se instalar no local.

Procurando o pioneirismo do empreendimento, Ursini busca trazer uma montadora de carros elétricos para o complexo, mostrando aos fabricantes as vantagens em se instalar no local. Para isso, em reunião com o deputado estadual Cassio Navarro propôs que o mesmo se reunisse com o governador do estado, para desenvolver legislação específica e projeto de incentivos fiscais para a categoria.

No 1º slide, o Sr. André Ursini começa discorrendo sobre o conceito da projeto.

Afirmou que a obra é completamente privada sem nenhum dinheiro público, e é um condomínio de acordo com a lei 4.591 de 1964. Sua descrição mais exata é um projeto de condomínio logístico com aeródromo privado, não podendo fazer voo com passageiros. Será um aeroporto de cargas, recebendo em seu pico de funcionamento apenas 9 voos diários.

A atuação na parte aeroviária se limita a aviação geral, somente cargas, e os serviços a serem executados são os de logística. O modelo de negócio da empresa é a construção e posterior locação de galpões modulares, tipo AAA, e os potenciais clientes serão os operadores de carga do porto de Santos.

O objetivo a curto prazo é criar um CLIA - Centro Logístico Industrial Aduaneiro e a internacionalização da pista, tendo a alfândega dentro do próprio empreendimento. Diz que Praia Grande foi a primeira cidade a pedir em 2008 a concessão de uma ZPE em Brasília e que isto está em trâmite, sendo que as ZPE´s fizeram a China crescer comercialmente devido a sua forma de tributação. Diz ainda que está batalhando para que consiga para o Estado de São Paulo, um entreposto da Zona Franca de Manaus, salientando que somos o único estado que não possui este tipo de entreposto.

Ainda sobre as instalações, o local contará com estacionamento para caminhões, terminal logístico aduaneiro e centros de distribuição, principalmente da parte têxtil. Será intermodal, unindo rodovia, ferrovia e porto, características diferenciais de nossa cidade.

O projeto é licenciado pela CETESB e conta com uma licença ambiental prévia, expedida em novembro de 2014 com 34 condicionantes que, se cumpridas, irão permitir o início da obra e a supressão da vegetação existente na área.

Nas características do projeto mostrou que 71 por cento da área do complexo será área de preservação e 29 por cento será a ocupação da área efetiva do empreendimento. O objetivo é a construção por fases sendo que a duração para implementação de cada fase é de dois anos.

O projeto contempla 1.000.000 de m² de área para operações, mais heliporto e hangar. Esta área está planejada para atender 290 empresas.

O empreendimento está sendo pensado para uma demanda de 60, 70 anos de crescimento e compreenderá além das áreas de galpões e hangares, torres de escritório, de hotel e de alimentação e pista com 2600 metros. A planta foi sendo construída junto com CETESB para que fossem feitas as alterações de acordo com o que é permitido e facilitando a aprovação.

O complexo contará com sistema viário original não tendo cruzamentos e bacias de contenção para a contenção pluviométrica. Ursini diz que os caminhões não entrarão na cidade, e quanto a rodovia, será feita uma 3ª pista para maior escoamento do trânsito.

Nesse ponto o Sr. André Ursini parabenizou administração de Praia Grande e seu planejamento de crescimento, que já em 1968 através de decreto reservava a área para uso de expansão industrial. Ainda falando da administração municipal, relatou que em 2006 a prefeitura começou as audiências para o plano diretor que mudava o zoneamento da cidade, e hoje o espaço está em uma zona de uso diversificado que é uso adequado para o empreendimento, o que gerará emprego e crescimento para a cidade. Informou que em 2008 houve autorização pela ANAC e que o mesmo foi renovado em 2013, a pedido da CETESB, pois considerava a autorização anterior muito antiga.

Destacou o fácil acesso ao espaço pelas rodovias e linhas férreas, sua proximidade com São Paulo e sua integração com o Porto de Santos, e citou a região como o eixo principal de comércio junto ao Mercosul.

Afirmou o compromisso de fazer uma via marginal a rodovia Pedro Taques, para o acesso ao complexo e não prejudicar o sistema viário. Salienta que devido as características da malha viária da baixada, o Rodoanel da baixada já está pronto, fazendo com que os caminhões de carga não adentrem as cidades.

Ressaltou que precisa refazer parte da linha férrea existente no local para que integre o complexo ao Porto de Santos. Existe projeto de ampliação desta linha férrea que leva ao Porto, com a instalação de um pátio regulador, fazendo com que o tempo de espera para entrada no porto diminua das atuais 90 horas, encarecendo o preço do frete de trem e equiparando-o ao do caminhão.

Enfatizou a importância da localização do empreendimento junto a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega Mostrou um mapa destacando toda a área da empresa, bem como as áreas destinadas ao complexo e suas futuras melhorias como a integração das linhas férreas existentes com o Complexo Andaraguá.

O aeródromo terá um investimento para a construção da pista de 200 milhões de reais, incluindo os equipamentos, e o retorno previsto será em 12 anos.

Clientes potenciais: aviação executiva, aviação de carga e manutenção de aviões.

No slide de informações importantes foi destacado que o empreendimento é composto por 9 glebas contíguas, todas em zona de uso diversificado. Sua totalidade está dentro da tipologia Z5 no estado, zoneamento ecológico-econômico costeiro, que permite atividades industriais, aerorodoportuárias, comércio e serviços, conforme decreto estadual número 58996.

Em 2012, em um esforço por parte da administração municipal de Praia Grande para facilitar a implementação do empreendimento, houve uma tentativa de declaração de interesse público municipal pelo decreto 5.055, porém não foi aceito pelo governo do estado com a alegação de que este

interesse público deveria partir da esfera estadual, além da impossibilidade por se tratar de investimento totalmente privado.

O processo de licenciamento ambiental foi iniciado em 2008, no processo 1.668 da CETESB. Foi feito o termo de referência, logo após foi feito o EIA/RIMA o que resultou na obtenção da licença prévia, LP 2.396, em 2014. Citou como exemplo do trabalho executado, o levantamento de Fauna e Flora onde fica-se por dia na mata preparando armadilhas para catalogar a flora e fauna do local, para depois apresentar um projeto de mitigação e transferência dos animais e árvores para outro local.

Ursini mostrou na sequência, todas as etapas para que resultasse na obtenção desta licença.

- Parecer técnico DAIA/529/2008 com a definição do termo de referência para elaboração do EIA/RIMA

- Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Empreendimentos Industriais ou Imobiliários e de Projetos Urbanísticos em 05/09/2008/CONSEMA

- Criação do EIA/RIMA protocolado em 2010 e com respectivas informações complementares em 2012, em atendimento a ATA de reunião de 15/09/2011. Estudo realizado em parceria com a CETESB diante das complexidades do projeto, onde foi-se construindo uma solução para a viabilidade da aprovação.

- Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA, realizada em Praia Grande em 06/12/2012.

De acordo com Ursini, após a Audiência a CETESB começou a pedir uma série de certidões que foram providenciadas.

- Em 12/03/2013 foi emitida pela Secretaria de Meio Ambiente de Praia Grande a certidão 003/2013 declarando que a gleba não foi utilizada como depósito de resíduos nocivos à saúde pública.

- Em 17/02/2014 outra certidão emitida pela Secretaria de Meio Ambiente de Praia Grande, informando que o empreendimento situa-se em na Zona de Usos Diversificados - ZUD-1, que prefeitura não tem nada a opor e que

não possui estrutura para análise ambiental, cabendo a CETESB esta análise.

- Em 24/04/2014 foi emitida pela Secretaria de Urbanismo de Praia Grande, a certidão 128/2014, informando que o empreendimento situa-se em na Zona de Usos Diversificados - ZUD-1, o que permite sua instalação no local

- Em 06/06/2014 foi emitida outra certidão pela Secretaria de Urbanismo de Praia Grande, informando que as áreas de reserva ambiental são áreas contíguas ao empreendimento

- fichas técnicas da área que precisam ser renovadas de 30 em 30 dias, sendo a primeira emitida pela Divisão de obras Particulares da Seurb acerca do zoneamento e uso permitido

- Manifestação do COMDEMA de Praia Grande, informando que em reunião do dia 15/01/2014, o órgão foi a favor da implantação do empreendimento

Em seguida vieram os pareceres do governo do Estado:

- Despacho de 15/02/2013 do Setor de Riscos Tecnológicos, quanto aos aspectos de risco do Complexo

- Parecer Técnico quanto à avaliação do nível de ruído na fase operações, emitido em 15/08/2014 pela Divisão de Avaliação de Ar, Ruído e Vibrações.

- Parecer Técnico do Setor de Avaliação e Apoio ao Gerenciamento do Uso do Solo, sobre avaliação de contaminação do solo

- Laudo de vegetação emitido em 28/12/2011 pelo Instituto de Botânica

- Uma nova manifestação da ANAC quanto a autorização para construção do aeródromo em 2013

- Carta de diretrizes da SABESP emitida em 2013 informando que havia capacidade de fazer o abastecimento de água e coleta de esgoto do local

- Manifestação favorável da Ecovias em 29/04/2014 sobre o impacto viário na Rodovia Padre Manoel da Nóbrega

- Parecer técnico 210/10 do IPHAN/SP emitido em 28/07/2010 manifestando-se favorável a concessão da Licença Ambiental Prévia, sendo

que agora em 2017 o IPHAN concedeu a licença de estudo para implantação, ou seja, existem órgãos em que precisa-se ir, volta, e depois precisamos voltar novamente ao órgão pra outra licença ou renovar a mesma.

- Carta da CPFL nº 719/2014 de 08/01/2014, informando que seria possível a eletrificação do empreendimento pela Concessionária.

- Manifestação da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo de 24/04/2013 e Ofício da Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região do Vale do Paraíba e litoral de 18/06/2013 com relação à unidade prisional que existe no local.

- Ofício SAP/GS nº 1374/2014 da Secretaria de Administração Penitenciária em 09/09/2014 referente a transferência do Centro de Detenção Provisória de Praia Grande. A empresa comprometeu-se a construir uma nova unidade prisional para substituir a existente no local. Entretanto agora em 2017 precisamos novamente entrar em contato para emissão a LI, pois o órgão reconsiderou o local antes aceito em 2014 e que não era mais suficiente para a nova unidade prisional. Então tivemos que mudar o projeto e para tanto fizemos reunião com o Secretário e estamos para aprovar o novo projeto agora em agosto.

- Correspondência da Transpetro de 18/03/2014 referente ao gasoduto Brasil-Bolívia que existe na gleba, permitindo a transposição e o tipo de obra que será feito por cima.

- Informação Técnica nº 111/2014 do Instituto Geográfico e Cartográfico de 15/08/2014 sobre a drenagem e o curso d'água no local

- Ofício 07/2013 de 23/01/2013 do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista – CBH/BS, favorável ao empreendimento

- Uma nova manifestação sobre os impactos decorrentes do empreendimento ao Parque Estadual da Serra do Mar, emitida pela Fundação Florestal, nº 240/2014 em 25/09/2014

- Relatório de vistoria pela CETESB referente as visitas constantes pelo Setor de Avaliação de Projetos de Transportes realizada em 17/10/2011

Depois disso foi apresentado uma série de relatórios de visitas e uma série de memória de reuniões. Eram duas reuniões semanais, onde foram construídas as soluções em cima da mesa Junto a CETESB.

Toda essa documentação foi necessária para chegar à Manifestação do Conselho Estadual de Meio Ambiente favorável ao empreendimento e a emissão da Licença Ambiental Prévia que dá viabilidade ao empreendimento e determinou uma série de condicionantes para a Emissão da LI.

A partir deste ponto foi na virada de 2014 para 2015 quando iriamos começar o trabalho, chegou a Ação do Ministério Público em janeiro de 2015. Porém enquanto não se julgava a ação que demorou dois anos, foi contratada a empresa KPMG para a elaboração de um Estudo de viabilidade Econômico-financeira em 19/01/2015.

O relatório foi entregue em 23/10/2015, com um resultado positivo, inovador e pioneiro, que quando pronto será o maior da América Latina.

Em seguida, o Sr. André Ursini mostrou um slide com o caminho a ser percorrido para a emissão da LI (Licença de Instalação) que permite começar a supressão da vegetação. São 34 condicionantes. Dentro do workflow, para todas as condicionantes existia um prazo e que 90% delas foram concluídas até o momento.

Ursini disse que todos os itens eram complexos e afirmou que todas as etapas para emissão da LP, teriam que ser feitas novamente para a emissão da LI. Falou ainda que é importante estas exigências da CETESB e que ele faz controle já há dez anos para que futuramente tenha parâmetros para mostrar o impacto do empreendimento na área. Entretanto, Ursini questiona a morosidade com que estas exigências são feitas e avaliadas.

Dentre os itens que ainda não foram concluídos havia um para drenagem e reuso da água que já foi aprovado na Prefeitura de Praia Grande na SEOP e um outro que a FUNAI precisa entregar um termo de referência sobre a tribo nômade que habita o local. O grupo pretende fazer medidas mitigatórias junto à FUNAI para compensação das pessoas que lá estão, de acordo com o termo de referência e as exigências que o órgão estabelecer.

Complementa falando ainda que se antecipou a FUNAI e fará uma entrada independente para a área do povoado, sem que os moradores do local passem pelo interior do complexo.

Outro item ainda em aberto é com respeito a ECOVIAS, pois a CETESB quer que a ECOVIAS informe o prazo para o término da construção da terceira faixa de rolagem. Parece que o prazo é para 2019.

André Ursini ainda explicou sobre o rigor com que tem que ser cumpridos as exigências da CETESB, pois caso exista algum problema o órgão não emite a LO (licença de operação), que é o documento que permite o funcionamento do complexo.

Outros itens apresentados são as reuniões técnicas junto TRANSPETRO para definição de como fazer a transposição do gasoduto, definição da SAP (Sistema de Administração Penitenciária) sobre a transferência do CDP e que será resolvida ainda este mês, realização da compensação financeira junto à CETESB de 5% do valor do empreendimento, revertidos ao Parque Estadual da Serra do Mar.

Neste ponto o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional) entra novamente no cronograma. Ele é que analisa o impacto dos empreendimentos imobiliários de grande porte e dia 27 de julho de 2017 saiu a autorização que foi publicada no Diário Oficial da União e enviada novamente ao instituto.

Ainda pensando na responsabilidade com a cidade de Praia Grande e o meio ambiente, será criado o Parque da Biodiversidade Andaraguá na área de preservação do complexo, com visitações monitoradas. Será promovida a educação ambiental, trilhas e preservação da natureza, além da gestão e cuidado para que não haja invasões e nem degradação ambiental no local.

Será criada uma fundação chamada Fundação Andaraguá, na área institucional do complexo, que teria a função de instalar equipamentos públicos no local, e que em parceria com a prefeitura irá proporcionar: Escola de capacitação de mão de obra e ensino profissionalizante; Núcleos de estudos e pesquisa científica e tecnológica; Agência de Fomento e uma Incubadora para empresas de tecnologia. Este espaço ainda contará dentro

do bloco do complexo com áreas institucionais, corpo de bombeiro, posto policial, unidade ambiental, unidade de saúde, centro operacional e centro de descompressão.

Neste momento, o Sr. André Ursini apresenta slides com as perspectivas de implantação e explica as funções dos locais.

Entre algumas funções dos prédios, Ursini cita, um pequeno shopping, hotel e um centro de convenções. Informa que entre a 1ª rua próxima ao empreendimento e o complexo irá se manter uma faixa de 80m de mata para amortecimento de impacto e disse ainda que o total de placas fotovoltaicas instaladas no empreendimento irão produzir o dobro de energia que o Complexo irá utilizar.

Foi apresentado diversos layouts de todos os ambientes do complexo durante a exposição, Ursini disse que o prazo de implantação de cada etapa das implantações propostas será de dois anos sendo que a totalidade do projeto será de 10 a 20 anos considerando a maturação total do empreendimento.

Ao final da apresentação foi passado todos os canais de comunicação da empresa para contatos.

O vereador Leandro após exposição tomou a palavra e delimitou o horário de 21h15 para o encerramento da reunião, dando um tempo de 30 minutos para as perguntas dos participantes.

Leandro pede ao Sr. André Ursini que fale a respeito de como irá funcionar os pousos e decolagens no aeródromo.

Ursini afirma que foi feito um estudo de impacto de ruído, tanto por parte das empresas instaladas quanto da parte do aeródromo. Nesse estudo foi considerado o pior caso para a instalação de empresa, que no caso foi uma indústria metalúrgica e no aeródromo o impacto de ruídos foi considerado mínimo devido a ter no máximo 9 voos diários, em sua operação total, totalizando um tempo de ruído diário de 3 minutos.

Na sequência, o vereador Leandro agradece a diretora da unidade escolar, a Sra. Cristiane e passa a palavra ao Sr. Dinailton, professor municipal de São Bernardo.

Dinailton relata algumas situações de especulação imobiliária no local devido já a futura instalação do complexo e pergunta sobre a situação dos moradores do local, se serão obrigados a desocupar suas moradias. Acrescentou ainda uma segunda pergunta sobre o impacto da arrecadação tributária à prefeitura de Praia Grande e para onde se destinaria o CDP da região.

Ursini diz que o CDP irá mudar apenas 800m do local atual, porém será 3 vezes maior do que é hoje. A respeito da especulação imobiliária, respondeu que se aumentar a fiscalização do local, isso faz com que garanta maior organização do espaço e não uma expulsão dos moradores. Leandro toma a palavra para falar sobre a regularização fundiária do local, dizendo que com a instalação da empresa irá aumentar os recursos para a criação de conjuntos habitacionais por parte da prefeitura.

O Sr. Rubens assume a palavra perguntando a previsão de início e término da obra. O Sr. André Ursini diz que apenas pode estimar o término da obra, pois o início depende da LI emitida pela CETESB. Disse que a partir que der início a obra, em 30 meses ele entrega a 1ª fase do empreendimento; e a cada dois anos entrega outra fase concluída.

Em uma segunda pergunta, o Sr. Rubens pergunta a respeito de como pode participar como fornecedor da empresa. Ursini diz que será aberto processos licitatórios e que bastará um cadastro na empresa para que todos possam participar.

O Sr. Rafael faz uma observação a respeito do déficit público e como está um período econômico difícil e pergunta se haverá dinheiro suficiente para o término da obra e todos os investimentos necessários para sua manutenção, e depois pergunta sobre o tempo de permanência das empresas no complexo e suas concessões. Ursini diz que no estudo de viabilidade econômico-financeiro, todos os números foram gerados e estão todos previstos para a realização do empreendimento. Para a segunda

pergunta, o Sr. André Ursini explica que como é um investimento privado e até pelo alto custo de investimento, ninguém investiria tanto dinheiro para desistir ou não ter o retorno do mesmo.

Na sequência, o Sr. Eduardo, morador do bairro Japurá e proprietário de um transportadora no bairro se manifesta quanto a nomenclatura utilizada para a tribo existente no local, dizendo não se tratar de nômades e sim índios. Continuou dizendo que não devia retira-los do local em que estão. O Sr. André Ursini, diz que a intenção não é retirá-los de lá, que eles estão em um área da Petrobras e que a Funai não permite entrar em contato com eles para que possam existir tratativas sobre o que a tribo deseja, que todas as negociações e exigências são feitas com a Funai. Quanto a nomenclatura utilizada, a mesma foi informada pela própria Funai, que diz que o processo para reconhecimento de tribo indígena leva de 15 a 20 anos e os moradores daquela tribo ainda não podem ser reconhecidos como tribo indígena legalmente. O vereador Leandro finaliza dizendo que o que a Funai determinar será o que a empresa e o governo devem seguir, por ser o órgão responsável pela índios no Brasil.

Continuando em seu tempo de fala, o Sr. Eduardo começa a explanar sobre as dificuldades do bairro, como os problemas de loteamento e o itinerário dos ônibus municipais. Declara que existem muitos loteamentos que estão em área de preservação e que como será feito um empreendimento desse tamanho, que tem-se que resolver o problema destes loteamentos. Ursini declara que se é área de preservação, então tem-se que ser respeitada. Assim como dentro da área do empreendimento o que foi declarado pelo IBAMA e CETESB como área de preservação, será preservado pelo Andaraguá.

Em seguida o Sr. William, morador do bairro Ribeirópolis, diz que este projeto acompanha o processo de crescimento do bairro, que foi recentemente todo asfaltado, e que está mudando muito. Porém ele ressalta que as ruas foram todas nomeadas e as casas numeradas, entretanto não possui documentos oficias na prefeitura. Criticou o fato do asfalto estar sendo passado sem o saneamento básico do bairro ser feito e

finalizou dizendo que entrará em contato para participar mais efetivamente do projeto.

O vereador Marcelino assume a palavra e diz ao Sr. William que este problema relatado quanto a numeração das casas está do processo de regularização de obras da prefeitura. Disse que muito problemas foram decorrentes do crescimento do local, que a prefeitura pavimentou quase 15km de ruas no bairro, e reconhece a dificuldade quanto ao saneamento básico. Contudo relatou os esforços e medidas tomadas pela prefeitura para a regularização dos imóveis da região.

Leandro lê uma pergunta do Sr. André Guerra que questiona se existe algum projeto sócio educativo para os moradores do bairro e a divulgação das informações desta reunião à toda população. A Sra. Rose Silva pergunta: O que a empresa pretende fazer com os moradores que moram perto do CDP?

Ursini diz que houve reintegração de posse do local e que existe um acordo com eles para a realocação. Quanto ao projeto sócio educativo, existe as iniciativas explanadas na apresentação.

O vereador Leandro lê uma pergunta do Sr. Danilo Dias a respeito da infraestrutura da região, porém ressalta que já foi pontuado o tema e ressalta que a partir da nova lei de zoneamento que está para ser votada na câmara, esses problemas serão resolvidos.

A Sra. Luciana pergunta sobre a preferência nos empregos gerados a moradores da região e sobre a qualificação desta mão de obra. O vereador Leandro diz que também já foi falado na exposição e que está qualificação irá existir, mas que ela depende muito do esforço de cada pessoa interessada.

A Sra. Ledinéia, funcionária pública, gostaria de saber sobre a priorização da mão de obra da cidade, dizendo que não achou muito clara a informação. O Sr. André Ursini diz que em parceria com a SEDETTRA tem feito um trabalho escalonado, qualificando a mão de obra. Na 1ª fase que exige obra de construção civil, será gerado 4.500 empregos diretos, que a mão de obra contratada será qualificada no próprio local da obra. Depois

desta 1ª fase dependerá das empresas que virão se instalar no local, que identificado o segmento, será fornecido a qualificação para a mão de obra local.

Por último o Sr. Edmilson questiona sobre o impacto do pedágio para as empresas que ali irão se instalar. Ursini diz que realmente o pedágio impacta no custo, porém a empresa pretende compensar isto no valor do aluguel.

O vereador Leandro Avelino agradece a participação de todos os presentes e declara encerrada a reunião.

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL DE VEREADORES.
PROCESSO LEGISLATIVO Nº 105/17.

Por meio do Requerimento nº 303 de 2017, de autoria do Nobre Vereador Leandro Avelino Rodrigues Cruz, foi criada esta Comissão Especial de Vereadores com o objetivo de realizar 4 (quatro) reuniões de informação para a população, acerca do Complexo Empresarial e Aeroportuário Andaraguá.

Na ocasião em que foi criada a Comissão, o referido empreendimento encontrava-se em estágio avançado visando sua real implantação, já vencidas inúmeras etapas junto aos órgãos públicos de fiscalização e controle. Entretanto, persistiam dúvidas entre os munícipes a respeito do projeto, sua eficácia, seu potencial econômico e o quanto esses investimentos impactarão o município de Praia Grande.

A referida Comissão foi presidida pelo Vereador Leandro Avelino Rodrigues Cruz e composta ainda pelo Relator, Vereador Rômulo Brasil Rebouças e o Vereador Marcelino Santos Gomes.

As quatro reuniões foram realizadas durante o mês de agosto de 2017: a primeira no dia 03, às 10:00 horas no Ocian Praia Clube; a segunda dia 11, às 9:00 horas na Associação dos Amigos do Jardim Real; a terceira dia 25, às 19:00 horas na Escola Municipal 19 de Janeiro situada no Bairro Ribeirópolis; a quarta reunião ocorreu no dia 31, às 19:30 horas no Plenário da Câmara Municipal de Praia Grande.

Durante essas reuniões o Diretor de Expansão da ICIPAR, André Ursini, fez a apresentação do empreendimento esclarecendo dúvidas dos participantes e também dos que acompanhavam pela internet, dirimindo todos os questionamentos da população, das autoridades e das entidades de classe presentes.

Considerado de grande importância para o futuro de Praia Grande e região, o empreendimento promete gerar cerca de 15 mil empregos diretos e indiretos, e será implantado na Rodovia Padre Manoel da Nóbrega em Praia Grande.

O local é estrategicamente privilegiado devido seu fácil acesso às margens da rodovia (que por sua vez recentemente foi ampliada com a terceira faixa de

rolamento para veículos) e por sua proximidade com a capital do Estado e o Porto de Santos. Além disso, a facilidade de implementação multi modal, integrando rodovia, ferrovia, porto e aeródromo representa algo nunca antes visto em termos de Logística no país.

O projeto foi avaliado como ambientalmente viável pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, obteve Licença Prévia emitida pela CETESB e está cumprindo rigorosamente todas as exigências para a obtenção da Licença de Instalação.

A área de operações do Complexo terá aproximadamente 700.000 m² e abrigará galpões logísticos para locação, além de contar com uma infraestrutura capaz de comportar dezenas de empresas, comércio, aeródromo para aviões de carga, heliponto, hangares para aviação, hotel e estacionamento pra caminhões e automóveis.

Os potenciais clientes incluem operadores de carga do Porto de Santos, operadores de cargas de consumo doméstico, operadores logísticos e industriais. Os setores atendidos podem variar da indústria farmacêutica e de componentes eletrônicos, até os setores de vestuário, auto peças, entre outros.

O empreendimento poderá ainda receber um Centro de Distribuição para empresas na Baixada Santista, um Centro Logístico e Industrial Aduaneiro (CLIA) e um Entreposto Aduaneiro da Zona Franca de Manaus (EZFM).

Nas características do projeto 71% da área do complexo será área de preservação, onde será criado o "Parque da Biodiversidade Andaraguá", que irá promover a educação ambiental, trilhas e, principalmente, a preservação da natureza, além da gestão e cuidado para que não haja invasões e nem degradação ambiental no local. Tem grande potencial turístico-ecológico-sustentável.

O complexo também contará com a Fundação Andaraguá, na área destinada ao espaço institucional, que terá a função de, em parceria com os órgãos municipais, instalar equipamentos públicos. No projeto foi apresentado a intenção de neste espaço haver capacitação de mão de obra e ensino profissionalizante, além de núcleos de estudos e pesquisa científica e tecnológica, a criação de uma agência de fomento e uma Incubadora para empresas de tecnologia.

O projeto já conta com uma declaração de utilidade pública concedida pela Prefeitura Municipal de Praia Grande, através do decreto 5.055 de 20 de janeiro de 2012, por entender a importância do complexo à cidade.

Após as reuniões e avaliadas todas as responsabilidades compensatórias que a empresa compromete-se em executar e preservar, esta comissão entende que é de suma importância que o município não meça esforços para a concretização do empreendimento, por se tratar do fomento de uma nova matriz econômica que transformará nossa cidade, dando-lhe grande destaque no cenário nacional e internacional. E para tanto, reconhecendo que o projeto gerará novas riquezas e empregos ao município e à região, é fundamental que ao Complexo Andaraguá sejam concedidos os benefícios e isenções fiscais constantes da lei complementar 397 de 22 de novembro de 2004, que instituiu o PRODEC-PG (Programa de Desenvolvimento Econômico de Praia Grande) imediatamente, desde sua primeira fase de implementação de obra.

Entende ainda que conseguiu cumprir o objetivo principal, de esclarecer a população e sanar todas os questionamentos, permitindo a manifestação e a livre discussão com os munícipes, dando publicidade às verdadeiras notícias e colaborando para a participação da sociedade no desenvolvimento de nosso município.

Praia Grande, 10 de junho de 2020.

Leandro Avelino Rodrigues Cruz
Presidente

Rômulo Brasil Rebouças
Relator

Marcelino Santos Gomes
Membro

ATA DA REUNIÃO DA CEV SOBRE O COMPLEXO EMPRESARIAL ANDARAGUÁ REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2017

Às 19h30 do dia 31 de agosto de 2017, nas dependências da Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande, no bairro Boqueirão, deu-se início a 4ª reunião da Comissão Especial de Vereadores sobre o Complexo Andaraguá.

A reunião foi presidida pelo vereador Leandro Avelino que inicialmente cumprimentou os presentes e convocou para compor a mesa os vereadores Rômulo Brasil Rebouças e vereador Marcelino dos Santos, respectivamente relator e membro da comissão; o presidente da câmara, vereador Ednaldo dos Santos Passos; o presidente da UVEBS, vereador Cadu Barbosa; representando o Exmo. Prefeito municipal Alberto Mourão, o Sr. Katsu Yonamime, secretário de serviços urbanos; o Sr. Maurício Vieira Izumi, comandante do 45º Batalhão da Polícia Militar; e o Sr. André Ursini, diretor de expansão da empresa ICIPAR e responsável pelo projeto do Complexo Andaraguá. Cumprimentou ainda as autoridades presentes, entre elas o Sr. Celso Côrrea de Freitas, presidente da casa do poeta brasileiro de Praia Grande; o Sr. Rubens Jesus Silva Jr., presidente do Instituto de Cidadania de Praia Grande; Dr. Roberto Araújo, conselheiro estadual da OAB; Sr. Jasper Lopes bastos, presidente do PSOL de Praia Grande; Sr. Itamar Marciano, secretário adjunto da Secretaria de Desenvolvimento de Praia Grande; Sr. Israel Lucas Evangelista, secretário de meio ambiente; Sr. Paulo Eduardo Santos Martins, secretário adjunto do meio ambiente; Sr. Leonardo Conte Santos, subsecretário de controle urbano da Prefeitura de Praia Grande; e o Sr. Eduardo Galles Adriano, secretário adjunto da SURB; e os convidou para adentrar ao plenário e tomarem assento junto aos vereadores Paulo Emílio de Oliveira, Janaína Ballaris, Edu Sangue Bom, Dimas e Pastor Nathanael.

Agradeceu ainda ao deputado estadual Cássio Navarro que acusou o recebimento do convite, porém não pode estar presente por outro compromisso previamente agendado.

O Sr. Avelino iniciou sua fala explicando que se tratava de uma reunião de trabalho e informou que a CEV foi criada por requerimento do próprio vereador, sendo aprovada unanimemente por todos os vereadores da casa.

Declarou ainda que a CEV foi criada com o intuito de informar corretamente os munícipes de Praia Grande acerca do empreendimento Complexo Empresarial Andaraguá. Informou se tratar de um projeto que já vem participando da vida, da mídia e do cotidiano da cidade há aproximadamente 12 anos.

Disse que ao longo desse tempo gerou inúmeras expectativas por se tratar da formação de uma nova matriz econômica na cidade, impactando diretamente a vida da população. Esclareceu que ao final da apresentação o espaço será aberto para eventuais perguntas, que poderão ser escritas e entregues antecipadamente, e através de algumas manifestações orais.

Franqueou também à população que acompanhava a transmissão ao vivo pela internet a possibilidade de enviarem seus questionamentos através do Facebook.

Explicou que devido ao número de autoridades presentes e a seus tempos de fala irá passar diretamente a palavra ao Sr. André Ursini, neste ponto ele interrompe para agradecer as presenças dos vereadores Isaías Moisés dos Santos, vereador Betinho, vereador Hugo Ribeiro; Pedro Garofalo, secretário executivo da UVEBS; do ex vereador Jama; e passa a palavra ao Sr. André Ursini, pedindo que o mesmo utilize da tribuna para sua exposição.

O Sr. André Ursini assume a palavra inicialmente cumprimentando aos presentes e agradecendo ao vereador Leandro pela iniciativa da criação da CEV.

Disse que está há 28 dias em Praia Grande para a realização de todas as reuniões e que se sentiu grato pela diversificação do público em cada uma delas, atingindo a todos os segmentos da cidade.

Continuou sua fala dizendo que o seu modus operandi é sempre desta forma, próximo às pessoas e à sociedade, e que recebeu no decorrer desse

mês de agosto, devido às reuniões, cerca de 3200 emails, sendo a maioria com currículos para emprego e que entrará em contato com todos em setembro, disse ainda que está sempre à disposição para novas parcerias e contatos de empresas.

Ao iniciar a explanação disse que está desde 2005 nesse projeto e que nunca pararam de trabalhar nesse período, e que irá demonstrar todos os passos que tiveram que dar e esclarecer em que ponto está a situação atual do projeto.

Mostrou o 1º slide das concepções do projeto, explicando que estes slides são meramente ilustrativos porque o projeto vai se adaptando de acordo com a necessidade dos clientes, ou seja, é um projeto vivo, mas que é um panorama geral de como será o empreendimento.

Explanou que a área dos galpões tem 1.100.000 m² para a instalação das empresas; mostrou a pista de pouso, com 2600 metros, e os hangares ao seu lado, o estacionamento de aeronaves, e uma área determinada pelo IBAMA como área verde de preservação permanente, informando que terão três áreas assim ao longo da rodovia. Mostrou um curso d'água existente no local e que eles utilizarão para drenagem, um prédio para escritórios, hotel e shopping center, um centro de convenções e uma área para futuramente uma rede de supermercados.

Passou em seguida para o slide de descrição do projeto, onde informou que a obra é completamente privada sem nenhum dinheiro público, e é um condomínio logístico de acordo com a lei 4.591 de 1964. Sua descrição mais exata é um projeto de condomínio logístico com aeródromo privado (não podendo fazer voo com passageiros), e não um loteamento. Será um aeroporto de cargas, recebendo em seu pico de funcionamento apenas 9 voos diários.

A atuação na parte aeroviária se limita a aviação geral, sem o transporte de passageiros, e os serviços a serem executados são os de logística. O modelo de negócio da empresa é a construção e posterior locação de galpões modulares, tipo AAA (com pé direito de 14m e com piso que suporte carga

de 5 a 7 toneladas por m²), e os potenciais clientes serão os operadores de carga do porto de Santos.

O empreendimento objetiva ser um centro de distribuição, principalmente da parte têxtil, e a curto prazo criar um CLIA - Centro Logístico Industrial Aduaneiro, e a internacionalização da pista, tendo a alfândega dentro do próprio empreendimento. Diz que Praia Grande foi a primeira cidade a pedir em 2008 a concessão de uma ZPE em Brasília e que isto está em trâmite, sendo que as ZPE´s fizeram a China crescer comercialmente devido a sua forma de tributação. Diz ainda que já entrou com um pedido para que o Estado de São Paulo possua um entreposto da Zona Franca de Manaus, salientando que somos o único estado que não possui este tipo de entreposto.

Definiu o projeto como inovador, não tendo nenhum outro empreendimento com estas características para comparação no Brasil, além de ressaltar os modais que o complexo possuirá (ferroviário, rodoviário, náutico e aéreo) e distando apenas 17km do maior porto da América Latina.

O projeto é licenciado pela CETESB e conta com uma licença ambiental prévia, expedida em novembro de 2014 com 34 condicionantes que, se cumpridas, irão permitir o início da obra e a supressão da vegetação existente na área.

Nas características do projeto mostrou que 71 por cento da área do complexo será área de preservação e 29 por cento será a ocupação da área efetiva do empreendimento. O objetivo é a construção por fases sendo que a duração para implementação de cada fase é de dois anos. O prazo para implementação total do empreendimento é de dez anos.

O projeto contempla 1.142.000 de m² de área para operações, planejada para atender 219 empresas e hangares, aeródromo privado e 240 mil m² de sistema viário interno. Na parte do aeródromo irá prestar serviços de abastecimento, de manutenção, de garagem e outros serviços relacionados a aeronáutica.

O complexo contará com sistema viário original não tendo cruzamentos, e bacias de contenção para a contenção pluviométrica. Ursini diz que os caminhões não entrarão na cidade, e quanto a rodovia, será feita uma 3ª pista para maior escoamento do trânsito.

Nesse ponto o Sr. André Ursini parabenizou administração de Praia Grande e seu planejamento de crescimento, que já em 1968 através de decreto reservava a área para uso de expansão industrial. Ainda falando da administração municipal, relatou que em 2005 começaram as audiências públicas para mudanças no plano diretor, e em 2006 mudou o zoneamento da cidade. Hoje o espaço está em uma zona de uso diversificado que é o uso adequado para o empreendimento, que gerará emprego e crescimento para a cidade. Informou que em 2008 houve autorização pela ANAC e que o mesmo foi renovado em 2013, a pedido da CETESB, pois considerava a autorização anterior muito antiga.

Em 2012, em um esforço por parte da administração municipal de Praia Grande para facilitar a implementação do empreendimento, houve uma tentativa de declaração de interesse público municipal pelo decreto 5.055, porém não foi aceito pelo governo do estado com a alegação de que este interesse público deveria partir da esfera estadual, porém o projeto já conta com esta declaração em nível municipal.

Destacou o fácil acesso ao espaço pelas rodovias e linhas férreas, e sua proximidade com São Paulo, além de sua integração com o Porto de Santos. Ursini destacou a região como o eixo principal de comércio junto ao Mercosul.

Afirmou o compromisso de fazer uma via marginal a rodovia Pedro Taques, para o acesso ao complexo e não prejudicar o sistema viário. Salienta que devido as características da malha viária da baixada, o Rodoanel da baixada já está pronto, fazendo com que os caminhões de carga não adentrem as cidades.

Ressaltou que precisa refazer parte da linha férrea existente no local para que integre o complexo ao Porto de Santos. Existe projeto de ampliação desta linha férrea que leva ao Porto, com a instalação de um pátio

regulador. Independente disso, a empresa irá fazer uma modificação logística na linha que fará com que o tempo de espera para entrada no porto diminua das atuais 90 horas, que encarece o preço do frete de trem e equipara-o ao do caminhão.

Enfatizou mais uma vez a importância da localização do empreendimento junto a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega Mostrou um mapa destacando toda a área da empresa, bem como as áreas destinadas ao complexo e suas futuras melhorias como a integração das linhas férreas existentes com o Complexo Andaraguá.

Nesse ponto Ursini ressalta a tentativa de receber benefícios fiscais para trazer montadoras de carros elétricos para dentro do complexo.

O aeródromo terá um investimento para a construção da pista de 200 milhões de reais, incluindo os equipamentos, e o retorno previsto será em 12 anos.

Clientes potenciais: aviação executiva, aviação de carga e manutenção de aviões.

O Sr. André Ursini faz uma pausa para agradecer a presença do vereador Barreto do município de São Vicente.

No slide de informações importantes foi destacado que o empreendimento é composto por 9 glebas contíguas, todas em zona municipal de uso diversificado (zona municipal Z1). Sua totalidade está dentro da tipologia Z5 no estado, zoneamento ecológico-econômico costeiro, que permite atividades industriais, aero-rodoportuárias, comércio e serviços, conforme decreto estadual número 58996.

O processo de licenciamento ambiental foi iniciado em 2008, no processo 1.668 da CETESB. Foi feito o termo de referência, logo após foi feito o EIA/RIMA o que resultou na obtenção da licença prévia, LP 2.396, em 26 de novembro de 2014.

Ursini mostrou na sequência, todas as etapas para que resultasse na obtenção desta licença.

- Parecer técnico DAIA/529/2008 com a definição do termo de referência para elaboração do EIA/RIMA

- Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Empreendimentos Industriais ou Imobiliários e de Projetos Urbanísticos em 05/09/2008/CONSEMA

- Criação do EIA/RIMA protocolado em 2010 e com respectivas informações complementares em 2012, em atendimento a ATA de reunião de 15/09/2011. Estudo realizado em parceria com a CETESB diante das complexidades do projeto, onde foi-se construindo uma solução para a viabilidade da aprovação.

- Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA, realizada em Praia Grande em 06/12/2012.

De acordo com Ursini, após a Audiência a CETESB começou a pedir uma série de certidões que foram providenciadas.

- Certidão nº 003/2013 emitida pela Secretaria de Meio ambiente de Praia Grande em 12/03/2013 informando que o solo do local não foi utilizado para descarte de resíduos nocivos à saúde pública.

- Certidão nº 010/2014 emitida pela Secretaria de Meio ambiente de Praia Grande em 17/02/2014 informando que o empreendimento situa-se em na Zona de Usos Diversificados - ZUD-1, que prefeitura não tem nada a opor e que não possui estrutura para análise ambiental, cabendo a CETESB esta análise.

- Certidão nº 128/2014 emitida pela Secretaria de Urbanismo de Praia Grande em 24/04/2014 informando que o empreendimento encontra-se em zoneamento de uso diversificado ZUD-1, o que permite sua instalação.

- Certidão nº 385/2014 emitida pela Secretaria de Urbanismo de Praia Grande em 06/06/2014 informando que existem reservas legais contíguas ao empreendimento.

- fichas técnicas da área que precisam ser renovadas de 30 em 30 dias, sendo a primeira emitida pela Divisão de obras Particulares da Seurb acerca do zoneamento e uso permitido

- Manifestação do CONDEMA de Praia Grande, informando que em reunião do dia 15/01/2014, o órgão foi a favor da implantação do empreendimento

Em seguida vieram os pareceres do governo do Estado:

- Despacho de 15/02/2013 do Setor de Riscos Tecnológicos, quanto aos aspectos de risco do Complexo

- Parecer Técnico quanto à avaliação do nível de ruído na fase operações, emitido em 15/08/2014 pela Divisão de Avaliação de Ar, Ruído e Vibrações.

- Parecer Técnico do Setor de Avaliação e Apoio ao Gerenciamento do Uso do Solo, sobre avaliação de contaminação do solo

- Laudo de vegetação emitido em 28/12/2011 pelo Instituto de Botânica

- Uma nova manifestação da ANAC quanto a autorização para construção do aeródromo em 2013

- Carta de diretrizes da SABESP emitida em 2013 informando que havia capacidade de fazer o abastecimento de água e coleta de esgoto do local

- Manifestação favorável da Ecovias em 29/04/2014 sobre o impacto viário na Rodovia Padre Manoel da Nóbrega

- Parecer técnico 210/10 do IPHAN/SP emitido em 28/07/2010 manifestando-se favorável a concessão da Licença Ambiental Prévia, sendo que agora em 2017 o IPHAN concedeu a licença de estudo para implantação, ou seja, existem órgãos em que precisa-se ir, volta, e depois precisamos voltar novamente ao órgão pra outra licença ou renovar a mesma.

- Carta da CPFL nº 719/2014 de 08/01/2014, informando que seria possível a eletrificação do empreendimento pela Concessionária.

- Manifestação da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo de 24/04/2013 e Ofício da Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região do Vale do Paraíba e litoral de 18/06/2013 com relação à unidade prisional que existe no local.

- Ofício SAP/GS nº 1374/2014 da Secretaria de Administração Penitenciária em 09/09/2014 referente a transferência do Centro de Detenção Provisória de Praia Grande. A empresa comprometeu-se a construir uma nova unidade prisional para substituir a existente no local. Entretanto agora em 2017 precisamos novamente entrar em contato para emissão a LI, pois o órgão reconsiderou o local antes aceito em 2014 e que não era mais suficiente para a nova unidade prisional. Então tivemos que mudar o projeto e para tanto fizemos reunião com o Secretário e estamos para aprovar o novo projeto agora em agosto.

- Correspondência da Transpetro de 18/03/2014 referente ao gasoduto Brasil-Bolívia que existe na gleba, permitindo a transposição e o tipo de obra que será feito por cima.

- Informação Técnica nº 111/2014 do Instituto Geográfico e Cartográfico de 15/08/2014 sobre a drenagem e o curso d'água no local

- Ofício 07/2013 de 23/01/2013 do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista – CBH/BS, favorável ao empreendimento

- Uma nova manifestação sobre os impactos decorrentes do empreendimento ao Parque Estadual da Serra do Mar, emitida pela Fundação Florestal, nº 240/2014 em 25/09/2014

- Relatório de vistoria pela CETESB referente as visitas constantes pelo Setor de Avaliação de Projetos de Transportes realizada em 17/10/2011

Depois disso foi apresentado uma série de relatórios de visitas e uma série de memória de reuniões. Eram duas reuniões semanais, onde foram construídas as soluções em cima da mesa junto a CETESB.

Toda essa documentação foi necessária para chegar à Manifestação do Conselho Estadual de Meio Ambiente favorável ao empreendimento e a emissão da Licença Ambiental Prévia que dá viabilidade ao empreendimento e determinou uma série de condicionantes para a Emissão da LI (Licença de Instalação) que permite começar a supressão da vegetação. São 34 condicionantes. Dentro do workflow, para todas as

condicionantes existia um prazo e que 90% delas foram concluídas até o momento.

A partir deste ponto foi na virada de 2014 para 2015 quando iriamos começar o trabalho, chegou a Ação do Ministério Público em fevereiro de 2015. Porém enquanto não se julgava a ação que demorou dois anos, foi contratada a empresa KPMG para a elaboração de um Estudo de viabilidade Econômico-financeira em 19/01/2015.

O relatório foi entregue em 23/10/2015, com um resultado positivo, inovador e pioneiro, que quando pronto será o maior da América Latina.

Em seguida, o Sr. André Ursini mostrou um slide com o caminho a ser percorrido para a emissão da LI. Ursini disse que todos os itens eram complexos e afirmou que todas as etapas para emissão da LP, teriam que ser feitas novamente para a emissão da LI. Falou ainda que é importante estas exigências da CETESB e que ele faz controle já há dez anos para que futuramente tenha parâmetros para mostrar o impacto do empreendimento na área. Entretanto, Ursini questiona a morosidade com que estas exigências são feitas e avaliadas. Afirmou que 29 exigências já foram cumpridas restando apenas 5 para finalizar, que ele espera estar finalizada em setembro.

Citou como exemplo do trabalho executado, o levantamento de Fauna e Flora onde fica-se por dia na mata preparando armadilhas para catalogar a flora e fauna do local, para depois apresentar um projeto de mitigação e transferência dos animais e árvores para outro local.

Dentre os itens que ainda não foram concluídos havia um para drenagem e reuso da água que já foi aprovado na Prefeitura de Praia Grande na SEOP e um outro que a FUNAI precisa entregar um termo de referência com diretrizes técnicas sobre a tribo nômade que habita o local. O grupo pretende fazer medidas mitigatórias junto à FUNAI para compensação das pessoas que lá estão, de acordo com as diretrizes técnicas e as exigências que o órgão estabelecer. Complementa falando ainda que se antecipou a FUNAI e fará uma entrada independente para a área do povoado, sem que os moradores do local passem pelo interior do complexo.

Outro item ainda em aberto é com respeito a ECOVIAS, pois a CETESB quer que a ECOVIAS informe o prazo para o término da construção da terceira faixa de rolagem.

André Ursini ainda explicou sobre o rigor com que tem que ser cumpridos as exigências da CETESB, pois caso exista algum problema o órgão não emite a LO (licença de operação), que é o documento que permite o funcionamento do complexo.

Outros itens apresentados são as reuniões técnicas junto TRANSPETRO para definição de como fazer a transposição do gasoduto, definição da SAP (Sistema de Administração Penitenciária) sobre a transferência do CDP e que será resolvida ainda este mês, realização da compensação financeira junto à CETESB de 5% do valor do empreendimento, revertidos ao Parque Estadual da Serra do Mar.

Neste ponto o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional) entra novamente no cronograma. Ele é que analisa o impacto dos empreendimentos imobiliários de grande porte e dia 27 de julho de 2017 saiu a autorização que foi publicada no Diário Oficial da União e enviada novamente ao instituto.

Ainda pensando na responsabilidade com a cidade de Praia Grande e o meio ambiente, será criado o Parque da Biodiversidade Andaraguá na área de preservação do complexo, com visitações monitoradas. Será promovida a educação ambiental, trilhas e preservação da natureza, além da gestão e cuidado para que não haja invasões e nem degradação ambiental no local.

Será criada uma fundação chamada Fundação Andaraguá, na área institucional do complexo, que teria a função de instalar equipamentos públicos no local, e que em parceria com a prefeitura irá proporcionar: Escola de capacitação de mão de obra e ensino profissionalizante; Núcleos de estudos e pesquisa científica e tecnológica; Agência de Fomento e uma Incubadora para empresas de tecnologia. Este espaço ainda contará dentro do bloco do complexo com áreas institucionais, corpo de bombeiro, posto policial, unidade ambiental, unidade de saúde, centro operacional e centro de descompressão.

André Ursini diz que o empreendimento está no corredor logístico do Mercosul e tem potencial para ser um grande polo gerador de empregos do Brasil.

Neste momento, o Sr. André Ursini apresenta slides com as perspectivas de implantação e explica as funções dos locais.

Entre algumas funções dos prédios, Ursini cita, um pequeno shopping, hotel e um centro de convenções. Informa que entre a 1ª rua próxima ao empreendimento e o complexo irá se manter uma faixa de 80m de mata para amortecimento de impacto e disse ainda que o total de placas fotovoltaicas instaladas no empreendimento irão produzir o dobro de energia que o Complexo irá utilizar.

Foi apresentado diversos layouts de todos os ambientes do complexo durante a exposição, Ursini disse que o prazo de implantação de cada etapa das implantações propostas será de dois anos sendo que a totalidade do projeto será de 10 a 20 anos considerando a maturação total do empreendimento.

Ao final da apresentação citou e agradeceu todos os profissionais que estiveram envolvidos no projeto desde 2005 e foi passado todos os canais de comunicação da empresa para contatos.

O vereador Leandro após a exposição pediu para recompor a mesa e informou a presença do vereador Eduardo Xavier; vereador Barreto; Marco Antonio Carneiro, presidente do PRB de Praia Grande; e Ricardo Peres, sub delegado regional do Creci.

Avelino informou que foram 1h30 de apresentação e que iria abrir para as perguntas até o horário de 21h45, dando um tempo de 30 minutos para as manifestações.

Em seguida chama o Sr. Celso Correa de Freitas para fazer sua pergunta.

O Sr. Celso questiona se o complexo irá contemplar algum espaço para o fomento cultural de Praia Grande. O Sr. André Ursini fala que o complexo irá abrigar um Centro de Convenções, porém que não existe no momento nenhum programa cultural já desenvolvido, porém esperas que assim que

estiver instalada, a Fundação Andaraguá consiga desenvolver estes projetos culturais em parceria com a sociedade.

Em seguida a palavra é cedida ao ex vereador da cidade de Santos, Jama.

O vereador que é engenheiro da CODESP diz que é um grande incentivador de estender o porto de Santos às cidades da baixada através de ligações hidroviárias pelos rios, e ressaltou a importância dos grandes complexos logísticos para o crescimento do porto. Questionou Ursini sobre a possibilidade de integrar o Porto ao Complexo criando uma estrutura hidroviária pelos rios.

Ursini diz que seria fantástico esta integração, porém ele esbarra no problema do licenciamento ambiental para que isto seja feito e que para que isto ocorresse precisaria de um apoio do governo federal, porém primeiro ele necessita colocar o empreendimento para funcionar para depois poder correr atrás dessa opção que postergaria a instalação do complexo caso tentasse implementá-la neste momento.

Leandro toma a palavra para ler uma pergunta da Associação Comercial de Peruíbe que questiona quando sairá a licença de instalação e qual a data prevista para o início das obras?

O Sr. André Ursini diz que se dependesse dele a obra começaria na próxima semana, porém ele espera que até setembro ele consiga resolver todos os 34 condicionantes para poder ficar cobrando a CETESB a emitir a LI. Ursini declara que tem a perspectiva de que em novembro ele consiga ter a LI e que a partir de 2018 já esteja iniciando a obra e buscando empresas para se instalarem no complexo.

Leandro lê mais uma pergunta do Sr. Anderson Bianchini que questiona se os galpões serão locados ou vendidos, pois o mesmo pretende trazer sua fábrica de Blumenau-SC para o empreendimento.

Ursini responde que serão todos locados.

O vereador Eduardo Pádua Soares Jardim toma a palavra e menciona os impactos negativos que o empreendimento trará à cidade, entre eles o crescimento desenfreado da população, o surgimento de favelas, a

ocupação desordenada, problemas no trânsito e o aumento da violência. Finaliza sua participação questionando a prefeitura sobre os investimentos que serão necessários para minimizar os prejuízos decorrentes destes impactos, e contará com ajuda do governo estadual e federal para este planejamento.

O vereador Leandro ressalta que o sr. André Ursini não é a pessoa que poderia responder esse questionamento mas que irá encaminhar a pergunta através da comissão ao executivo municipal, porém Ursini pede a palavra e diz discordar à respeito da violência porém se coloca à disposição para participar na elaboração do plano diretor com os números resultantes dos estudos feitos para criarem planos que minimizem estes impactos. Disse ainda que tem uma parceria de trabalho junto com a Sedettra para que toda a mão de obra e a capacitação para a mão de obra na fase de implantação ser de moradores de Praia Grande.

Em seguida o vereador Barreto do município de São Vicente toma a palavra e discorre sobre a importância do empreendimento para toda a região da baixada e finaliza perguntando sobre o número de empregos que o empreendimento irá gerar.

Ursini responde que o empreendimento irá gerar 15 mil empregos diretos e 45 mil indiretos, totalizando 60 mil empregos na cadeia logística.

O vereador Leandro comenta sobra a pergunta do Sr. Felipe Souza que questiona se a mão de obra para o empreendimento será de Praia grande. Avelino diz que essa pergunta já foi respondida anteriormente.

Após a fala, o vereador Betinho assume a palavra e explana sobre o tempo em que a obra está em andamento salientando a burocracia como causadora da demora. Pergunta ao Sr. André Ursini qual a previsão para atender as 5 condicionantes que faltam para a obtenção da licença de instalação.

Ursini diz que os 5 itens dependem da SABESP, FUNAI e aprovação do sistema de esgoto, e que somente a Funai poderá demorar mais por não depender exclusivamente deles. Comenta ainda que pretende concluir

tudo no mês de setembro, porém depende de uma ida a FUNAI junto com o deputado Beto Mansur para solicitar que a FUNAI se manifeste.

O vereador Betinho pergunta ainda o que o legislativo de Praia Grande pode ajudar para que o empreendimento ocorra.

O Sr. André Ursini diz que quanto a LI o que dependia do Estado, ele já conseguiu através do deputado Cassio Navarro, porém posteriormente ele diz que precisará contar com o benefício de incentivo fiscal, que já é regulamentado pela lei 397 de 22 de novembro de 2004, principalmente quanto à redução do ISS.

Betinho sugere ainda que seja feita um manifesto das câmaras da região mostrando o interesse pelo empreendimento, de forma a fortalecer os pedidos junto ao governo federal.

O vereador Marcelino assume a palavra e pede que seja feito pedido também ao deputados estaduais e federais de nossa região para acelerar as demandas junto ao governo federal.

Avelino responde ao Sr. André Amâncio sobre o email para contato do sr. André Ursini, e lê a pergunta do Sr. Bira que questiona sobre a implantação de uma ZPE.

Ursini responde que Praia Grande foi o primeiro município do estado a pedir uma ZPE no ano de 2008, porém desde a data do pedido até 2017 houve muitas alterações na lei através de normativas que o Sr. André Ursini considera a mesma sem efeito para o empreendimento. Entretanto salientou que através do CLIA e da internacionalização do aeroporto, irá conseguir benefícios tão importantes quanto a ZPE.

Avelino lê a pergunta da Sra. Maria Caroline Maçon Leal que questiona quanto tempo leva para a conclusão da obra e o porquê dos aeroporto não ser também para passageiros.

O sr. André Ursini diz que a conclusão da 1ª fase são de 30 meses, e a cada 2 ano mais 200 mil metros de área de galpões até atingir o planejamento total. Quanto ao aeroporto de passageiro, Ursini diz que por se tratar de

área privada gera um problema na legislação que regulamenta os aeroportos comerciais.

A Sra. Laura Pereira pergunta através de mensagem sobre o fato de Praia Grande se tratar de uma estância balneária, o empreendimento não pode sofrer um embargo pelo poder público?

Ursini diz que foi feito um estudo junto a SEPLAN e que Praia Grande não perderia a condição de estância balneária com a instalação do complexo.

Leandro lê uma pergunta da Sra. Vilma Magri e que também foi questionada pelo Sr. João Eduardo Mascarenhas sobre o trânsito. Se nas estradas, que aumenta muito o movimento durante a temporada, não sofrerá um impacto maior com o aumento da locomoção de caminhões.

Ursini diz que especificamente sobre o período de Carnaval e Ano Novo realmente terá um impacto, porém durante o restante do ano a rodovia permanece 40% do tempo ociosa, e que para minimizar este impacto será feita uma rodovia marginal para o trânsito dos caminhões.

Complementando as perguntas do Sr. João Eduardo Mascarenhas, Avelino lê outras três perguntas formuladas pelo mesmo:

- Que distância os aviões passarão da cidade?

- Existe a preocupação com a instalação de indústrias poluidoras?

- Quais as garantias que existem sobre o impacto na água da cidade?

Ursini diz que quanto ao abastecimento de água da cidade não ocasionará nenhum impacto e quanto o Rio Branco, ele vem monitorando a água do rio a 10 anos para poder monitorar e controlar este impacto.

Quanto à questão dos aviões, Ursini diz que os aviões passarão muito pouco por cima da cidade devido à localização geográfica do empreendimento e as características de pouso de decolagem, pois os aviões estarão distantes 1,5km do município. Afirma ainda que foi feito um estudo de impacto de ruído, tanto por parte das empresas instaladas quanto da parte do aeródromo. Nesse estudo foi considerado o pior caso para a instalação de empresa, que no caso foi uma indústria metalúrgica e no aeródromo o

impacto de ruídos foi considerado mínimo devido a ter no máximo 9 voos diários, em sua operação total, totalizando um tempo de ruído diário de 3 minutos.

Sobre as indústrias poluentes Ursini diz que a legislação municipal não permite.

O vereador Cadu assume a palavra diz que irá questionar sobre a causa animal e diz ainda que já obteve resposta para um dos questionamentos que é a instalação de um hospital veterinário no local. Continua sua participação dizendo que está acompanhando a transmissão da reunião pela internet e que as pessoas que estão assistindo estão questionando sobre a capacitação da mão de obra dos moradores de Praia Grande para conseguirem os empregos no complexo. Lê também a pergunta do Sr. William Leite sobre o valor total de investimento no complexo.

Ursini diz que somente na construção o valor é em torno de 1 bilhão de reais. Sobre a qualificação da mão de obra, o Sr. André Ursini diz que devido a parceria com a SEDETTRA irá fornecer esta capacitação aos moradores da cidade.

Avelino toma a palavra e diz que perguntas sobre a mão de obra também foram feitas pela Sra. Tais e pelo Sr. Alexandre Magno, em seguida passa a palavra para o vereador Eduardo Xavier.

Xavier discorre sobre a área ser de preservação ambiental e questiona sobre a destinação dos resíduos sólidos. Se existirá alguma empresa de reciclagem contratada para o tratamento do lixo gerado? E se existirá tratamento do esgoto e dos outros resíduos gerados dentro do empreendimento?

Falou ainda sobre a dificuldade dos municípios de nossa região na destinação final dos resíduos e a possibilidade da instalação de uma Usina de tratamento na região.

Ursini diz que a empresa chegou a pesquisar junto a CETESB a possibilidade da instalação de uma Usina de Tratamento na região, porém devido à dificuldade para o licenciamento, deixaram o suspenso o projeto para uma

fase posterior. Continuou dizendo que no momento irá existir uma reciclagem e um transbordo, porém pretende posteriormente construir esta usina de tratamento.

Avelino diz que caminhando já para o final da reunião, ainda lerá a pergunta do Sr. Edimar Dantas de Souza que questiona qual o cuidado que se terá com a instalação de empresas químicas no local.

Ursini responde que para empresas desse segmento, a CETESB exige uma Licença de Operação, e que se ele não obtiver esta licença, a empresa não se instala.

Avelino lê em seguida o questionamento do Sr. Wilson Luiz da ONG RANEL Praia Grande, que pergunta sobre como irá ficar a situação da tribo Tekoa Mirim.

Ursini diz que espera as exigências da FUNAI para poder realizar as medidas necessárias para a permanência da tribo no local.

O vereador Leandro lê a pergunta da Sra. Carmem Mascarenhas que indaga se existirá algum comitê de fiscalização dessa obra formada por moradores de Praia Grande, e quais as contrapartidas das empresas envolvidas para o município.

O Sr. André Ursini diz que as contrapartidas da empresa serão as que ele apresentou como por exemplo a Fundação Andaraguá e o parque da biodiversidade.

O Sr. Marcelo Francisco pergunta se já é de conhecimento a empresa que irá realizar a obra.

Ursini diz que o fornecimento de material e a realização da obra serão cedidas a empresa ganhadora de concorrência.

Avelino em seguida lê os questionamentos feitos pelo Sr. Jonathas Alves.

- Haverá incentivos fiscais para a implantação de empresas?

Ursini diz que protocolou este pedido junto à comissão de vereadores.

- A área alfandegada engloba todo o condomínio?

André Ursini diz que não, que a área alfandegada engloba cerca de 130 mil m².

- O foco desta área será cargas aéreas ou o volume excedente do porto?

Ursini diz que as duas coisas serão contempladas.

O vereador Leandro lê um questionamento que ele considera um pouco difícil de responder:

- Qual a demanda será atendida de produtos ou serviços e qual a vantagem que estas empresas não tem nas suas atuais áreas?

André Ursini diz que não tem como informar pois não tem ainda as empresas que se instalarão no local.

Em seguida a palavra é passada ao Sr. Fábio que questiona sobre a preocupação com os moradores vizinhos à área do empreendimento.

Ursini diz que devido a área destinada ao amortecimento entre o complexo e as casas, os moradores não sofrerão nenhum impacto. Quanto aos problemas de invasão, André Ursini diz que a partir do momento que a empesa se instalar no local terá maior controle e vigilância do local.

Sobre um questionamento de esgoto clandestino no canal que existe no local, Ursini diz que o canal é público, porém quando da instalação da empresa ele terá que questionar os órgãos públicos para saber a origem deste esgoto, visto que a empresa precisará manter a qualidade da água do Rio Branco.

Ursini saliente ainda que onde existe hoje degradação ambiental, será recuperado pela empresa.

O Sr. Eduardo Costa, morador do balneário Japurá, assume o microfone e indaga sobre o impacto no bairro, pois segundo o mesmo o local não possui condições para suportar os efeitos do Complexo Andaraguá.

Afirma que o Japurá ainda tem a necessidade de pavimentação, de saneamento básico, de regularização do loteamentos, pois conta com diversas invasões clandestinas, e questiona se existe algum plano de expansão e desenvolvimento do local.

Ursini diz que como se instalará no local, também tem interesse da melhoria do bairro e que junto com a comunidade irá se esforçar na ocasião do Plano Diretor do município para a melhoria do local.

O vereador Leandro complementa dizendo que de acordo com a maturação do projeto, o poder público terá que se fazer mais presente para resolver as demandas ocasionadas na região.

A última pergunta foi concedida ao Sr. Milton Alvarenga que questiona sobre o planejamento de saúde para o município devido ao aumento da população que o empreendimento irá gerar.

Ursini diz que com na área da Fundação Andaraguá, o complexo irá possui um hospital no local para atender o complexo e os bairros vizinhos, desafogando o sistema já existente. Completa dizendo que na área da saúde quanto mais se investe, mais aumenta a demanda, pois os munícipes vizinhos migram de sua cidade para onde julgam ter um atendimento melhor.

O Sr. Milton agradece aos vereadores pela oportunidade de participar da discussão desta reunião.

Na sequência, o vereador Leandro lê perguntas formuladas pelo Sr. Rafael Pires, porém devido ao tema ser amplo, Ursini se prontificou a se reunir com a comissão de moradores do birro Ribeirópolis e levar a demanda da população à administração municipal.

Em suas considerações finais, o Sr. André Ursini ratificou sua disposição em atender a todos para dirimir quaisquer dúvidas relacionadas ao Complexo Andaraguá, bastando apenas entrar em contato com o mesmo.

O vereador Leandro Avelino agradece a todos os presentes, ao Sr. André Ursini, à população que acompanhou a transmissão da sessão de forma online e citou nominalmente os vereadores Janaína Ballaris, Isaías, Eduardo Xavier, Eduardo Pádua, Marcelino, Cadu, Betinho, Reco, Natanael, Barreto de São Vicente, Rômulo Brasil, Paulo Emílio, agradecendo-os pelo envolvimento. Salientou da importância de levar as reuniões aos bairros e

o reconhecimento e envolvimento de todo o legislativo em levar esta discussão à população.

Concluiu dizendo que estava satisfeito com o objetivo alcançado de disseminar a boa informação ao munícipes sobre o real andamento do Complexo Andaraguá e ressaltou novamente a importância para a região do projeto de tal magnitude.

Após isso, Avelino declara encerrada a reunião.